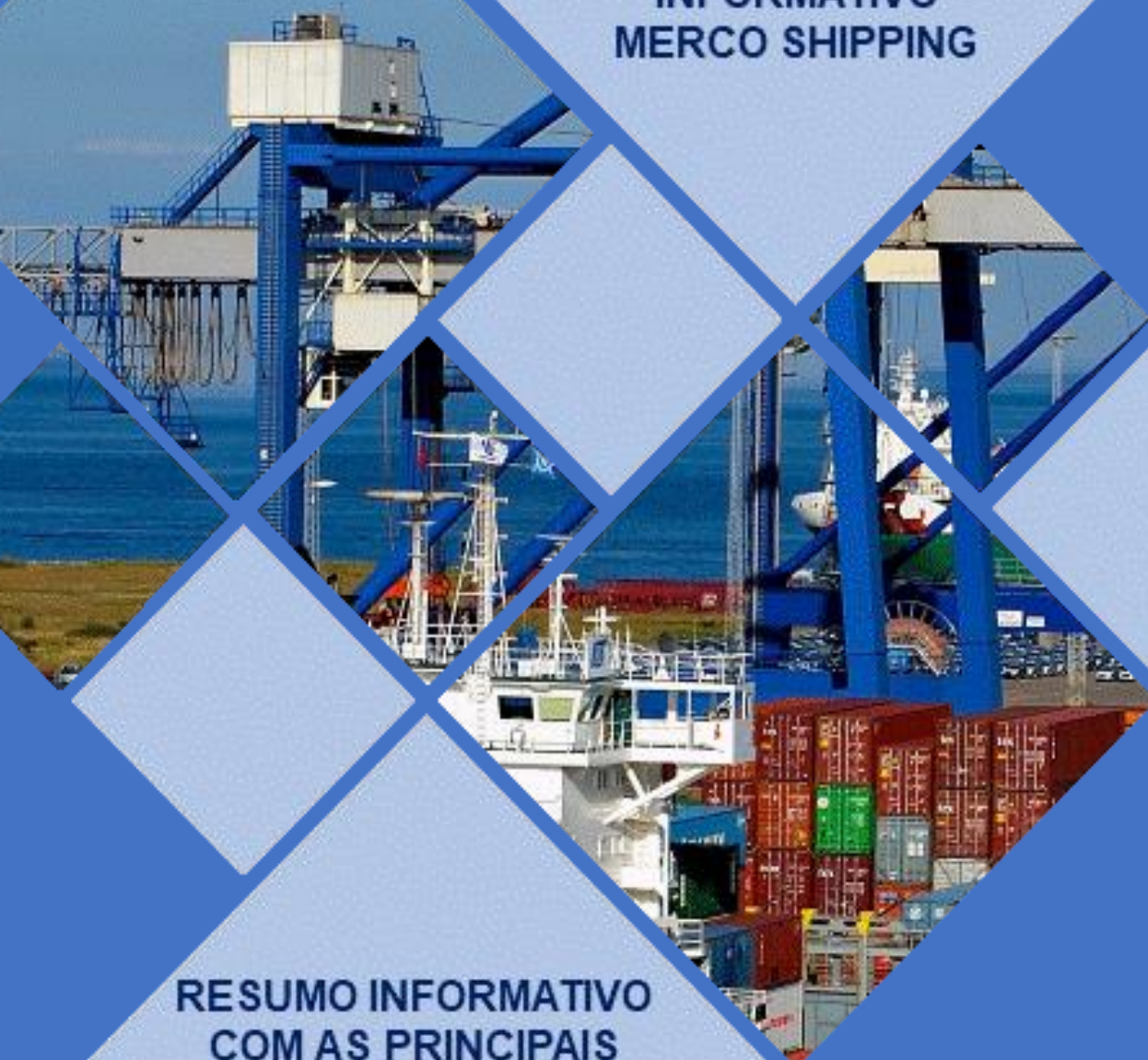


INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 188/2023
Data: 14/11/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
CONCAIS, 25 ANOS DEDICADOS À INDÚSTRIA DE CRUZEIROS.....	4
DEPOIS DE UMA SEMANA DE OPERAÇÃO, MARINHA DIVULGA BALANÇO DE GLO DO MAR.....	5
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA	5
INADIMPLÊNCIA CRESCE EM 25,6% EM PERNAMBUCO.....	5
RAQUEL E WELINGTON DIAS ANUNCIAM INVESTIMENTO DE R\$ 61 MILHÕES EM CISTERNAS.....	7
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	7
REALIZADA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO CANAL DE ACESSO DO PORTO DE PARANAGUÁ.....	7
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	9
RODOVIAS - FUNDAMENTAL À MOBILIDADE NA GRANDE NATAL (RN), RETA TABAJARA TEM MAIS 6,9 QUILOMETROS DUPLICADOS PELO GOVERNO FEDERAL.....	9
BE NEWS – BRASIL EXPORT	10
EDITORIAL – DESAFIOS CIBERNÉTICOS.....	10
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	10
<i>Multa</i>	11
<i>Recife I</i>	11
<i>Recife II</i>	11
<i>Ponte internacional 1</i>	11
<i>Ponte internacional 2</i>	11
<i>Reunião</i>	11
NACIONAL - PARANAGUÁ: AUDIÊNCIA SOBRE CONCESSÃO DO CANAL DISCUTE OBRIGAÇÕES E CONTRAPARTIDAS.....	11
REGIÃO NORDESTE - MINISTRO ANUNCIA OBRAS DE AMPLIAÇÃO PARA O AEROPORTO.....	13
REGIÃO NORDESTE - DEPUTADOS APROVAM AUMENTO DE 1,5% NO ICMS.....	14
REGIÃO SUDESTE - TERMINAL DE PASSAGEIROS MANTÉM OPERAÇÕES DURANTE MISSÃO DE GLO NO PORTO DE SANTOS.....	15
INTERNACIONAL - PORTOS AUSTRALIANOS RETOMAM PARTE DE OPERAÇÕES APÓS ATAQUE.....	16
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	17
PETROBRAS LUCRA R\$ 26,6 BILHÕES NO 3º TRIMESTRE DE 2023.....	17
OPEP ELEVA PROJEÇÃO DE OFERTA DE COMBUSTÍVEIS DO BRASIL EM 2023 PARA 4,1 MILHÕES BPD.....	19
ANTT ALTERA TARIFAS DE PEDÁGIO DA ECOVIAS DO CERRADO S.A.	20
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	21
EDP E FURNAS RECEBEM PRIMEIRAS CERTIFICAÇÕES PARA HIDROGÊNIO RENOVÁVEL.....	21
CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA BATE RECORDE COM ONDA DE CALOR NO BRASIL.....	22
CONSUMO DE PETRÓLEO VAI CRESCER MAIS QUE O ESPERADO EM 2023, DIZ OPEP.....	23
JORNAL O GLOBO – RJ	25
META DE DÉFICIT ZERO DEVE SER PERSEGUIDA’, DEFENDE O EX-MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES.....	25
INFLAÇÃO AMERICANA VAI DITAR O RUMO DAS BOLSAS E DO DÓLAR NESTA TERÇA-FEIRA.....	27
QUEDA DA SELIC VAI AUMENTAR AINDA MAIS OFERTA DE CRÉDITO NA CAIXA EM 2024, DIZ PRESIDENTE DO BANCO.....	27
INFLAÇÃO AMERICANA CAI E DÓLAR DESPENCA: LULA PODERÁ ESCOLHER ENTRE SURFAR OU NÃO O BOM MOMENTO EXTERNO.....	28
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	29
GOVERNO CAPTA US\$ 2 BILHÕES NO MERCADO INTERNACIONAL EM 1ª EMISSÃO DE TÍTULOS VERDES, COM SELO ESG.....	29
PROJETO DE 1º PARQUE PRIVADO DE ESTOCAGEM DE PETRÓLEO DO PAÍS GANHA IMPULSO APÓS ACORDO COM EMPRESAS.....	31
HIDROGÊNIO BRASILEIRO DEVERÁ SER UM DOS MAIS BARATOS DO MUNDO, DIZ DIRETOR DA PETROBRAS.....	32
AUMENTO DA CONTA DE ÁGUA TENDE A SER MAIOR SEM A PRIVATIZAÇÃO, DIZ PRESIDENTE DA SABESP.....	33
STF DECIDE A FAVOR DA PETROBRAS EM JULGAMENTO DE CAUSA TRABALHISTA BILIONÁRIA.....	37
VALOR ECONÔMICO (SP)	38
PESO DE JUROS NO DESEMPENHO DE SERVIÇOS NÃO É CLARO, DIZ IBGE.....	38
CARRO QUE ‘FAZ TUDO SOZINHO’ VAI DEMORAR, DIZ ZF.....	39
GOVERNO DE SP ABRE CONSULTA PÚBLICA PARA CONSTRUÇÃO DE 33 ESCOLAS VIA PPP, COM INVESTIMENTO DE R\$ 1,6 BI 41	41
PORTAL PORTOS E NAVIOS	41
CONCESSÃO DO CANAL DE PARANAGUÁ EVITARÁ SOBRECUSTOS PARA CARGA, DIZ GARCIA.....	41



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 188/2023
Página 3 de 43
Data: 14/11/2023
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

AÇU ESTUDA NOVA AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE DO T-MULT.....	42
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	43
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	43



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

CONCAIS, 25 ANOS DEDICADOS À INDÚSTRIA DE CRUZEIROS

Marco Ferraz, Presidente da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Cliá Brasil)

Por: Marco Ferraz



Quando a indústria de Cruzeiros cresce, toda a cadeia é impactada positivamente. Os destinos crescem junto, e Santos, que se mantém como a principal cidade de embarque da América do Sul, sempre pode ser beneficiada com novos roteiros Foto: Sílvio Luiz/A Tribuna

Novembro marca a comemoração dos 25 anos do Terminal Concais, no Porto de Santos, e, em nome do setor, começo esse texto parabenizando-o e destacando sua importância para a indústria de cruzeiros no Brasil e na América do Sul. Que os próximos 25 anos - e muitos outros - sejam de ainda

mais sucesso e evolução.

Temos uma parceria de longa data. A cada temporada, compartilhamos os mesmos objetivos. Entre eles, trazer mais navios e passageiros para Santos e para o Brasil, ter a melhor infraestrutura, oferecer excelentes experiências, ter custos mais competitivos, e garantir que todas as operações marítimas transcorram em estrita conformidade com as regulamentações, assegurando um ambiente seguro e próspero, com benefícios que se estendem para além dos portos, influenciando a prosperidade de todas as regiões.

Nosso trabalho é conjunto e contínuo. Para uma temporada de cruzeiros fluir com maestria, é necessário que todas as partes desta grande engrenagem estejam alinhadas como uma verdadeira orquestra. Das companhias marítimas, passando pelos terminais de passageiros, pela Receita Federal, pela Polícia Federal, pela Anvisa, pelos fornecedores, pelo trade, pelas autoridades, pelos agentes de viagens - que fazem a ponte perfeita entre pessoas e cruzeiros -, todos são extremamente importantes, seja em alto-mar, em terra, próximo ou longe dos portos.

O papel da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Cliá) é fomentar um ambiente cada vez mais seguro e propício para o desenvolvimento da indústria de cruzeiros. Sabemos que, apesar dos números que mostram a evolução do setor, ainda temos muito potencial e um enorme mercado a ser conquistado.

Quando a indústria de Cruzeiros cresce, toda a cadeia é impactada positivamente. Os destinos crescem junto, e Santos, que se mantém como a principal cidade de embarque da América do Sul, sempre pode ser beneficiada com novos roteiros.

Nos últimos anos, temos testemunhado aumentos consecutivos nos números da indústria de cruzeiros, com a perspectiva de alcançar a marca impressionante de 1 milhão de cruzeiristas que passarão pela cidade - contando suas idas e voltas na temporada 2023/2024.

Santos é o símbolo do renascimento dos cruzeiros no Brasil e serve como um farol do êxito e do potencial dessa indústria.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 14/11/2023

DEPOIS DE UMA SEMANA DE OPERAÇÃO, MARINHA DIVULGA BALANÇO DE GLO DO MAR

Ações acontecem nos Portos de Santos, do Rio de Janeiro e de Itaguaí
Por: ATribuna.com.br



Durante os primeiros sete dias, a GLO do Mar realizou 505 abordagens a embarcações Foto: Divulgação Marinha do Brasil

A Marinha do Brasil divulgou balanço da GLO (Garantia da Lei e da Ordem) do Mar, que completou uma semana nesta segunda-feira (13) de olho no combate ao tráfico de drogas, armas e outros crimes. As ações nos Portos de Santos, Rio de Janeiro e Itaguaí (RJ) ocorrem em articulação com agências e órgãos de Segurança Pública.

Durante os primeiros sete dias, a GLO do Mar realizou 505 abordagens a embarcações com seis apreensões por irregularidades administrativas; 4.368 inspeções em veículos; 61 ações interagências e 11 inspeções em cascos de navios.

No total, 1.900 militares atuam na Baía de Guanabara (RJ), Baía de Sepetiba (RJ), no Porto do Rio de Janeiro e nos acessos marítimos ao Porto de Santos. A operação reforça o patrulhamento e a inspeção naval nas áreas marítimas, sem impacto no funcionamento regular das localidades.

Para o comandante da Força-Tarefa da Operação, Vice-Almirante Renato Rangel Ferreira, o prejuízo inicial ao tráfico é causado pela supressão da atividade devido ao trabalho de inteligência e da cooperação entre todos os órgãos envolvidos.

"A Operação não foi uma surpresa para a sociedade e nem para os criminosos. Assim, um trabalho de médio/longo prazo está sendo desenvolvido de forma a garantir que o tráfico não utilize essas vias estratégicas que estão sendo reforçadas pelas Forças Armadas, enquanto o trabalho de inteligência analisa e acompanha as atividades ilícitas e as alterações de padrão do caminho da droga e armas, causando assim a asfixia logística do tráfico".

Tropas de Fuzileiros Navais ocupam os principais portões de acesso aos portos. Militares reforçam a fiscalização de pessoas, veículos e objetos com o emprego de cães de faro, equipamentos de Raio-X e instrumentos de detecção de alta tecnologia. A atuação favorece o aumento das capacidades e é realizada de forma articulada com todos os atores que têm participação nos portos.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 14/11/2023



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

INADIMPLÊNCIA CRESCE EM 25,6% EM PERNAMBUCO

Estados como Ceará e Bahia apresentaram um recuo, respectivamente, de 22,3% e 23,1% na quantidade de pessoas que estão em situação de inadimplência.

Por **Ângela Fernanda Belfort**

Aumentou em 25,6% a quantidade de pessoas que não poderão pagar as contas nos próximos meses em Pernambuco, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor

(PEIC) elaborada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), lançada na última semana. O estudo compara a quantidade de pessoas que estavam nesta situação entre outubro deste ano e o mesmo mês em 2022. No Brasil, este percentual cresceu 17%. Estados como Ceará e Bahia apresentaram um recuo, respectivamente, de 22,3% e 23,1%.



Economista da Fecomércio-PE Rafael Lima/Foto: Divulgação/Fecomércio-PE.

Em Pernambuco, eram 73.704 pessoas que estavam sem condições de pagar as contas em outubro de 2022. No mês passado, eram 92.604 pessoas. “Isso ocorreu porque o aumento do desemprego foi forte em Pernambuco no primeiro semestre deste ano. No último trimestre que se encerrou em outubro, houve uma recuperação do emprego, segundo o Caged”, explica o economista da Fecomércio-PE, Rafael Lima.

A pesquisa mostra também que Pernambuco tem 430.117 pessoas endividadas em outubro deste ano, contra as 426.189 que estavam com contas em atraso no mesmo mês do ano passado. O aumento dos endividados foi de 0,9% em Pernambuco. Já o Estado do Ceará registrou um acréscimo de 11,8% dos endividados, saindo de 545.364 pessoas em outubro do ano passado para 609.664 indivíduos. Na Bahia, houve uma redução de 7,6% na quantidade de endividados, quando 571.437 pessoas estavam nesta situação em outubro deste ano.

O aumento da quantidade de endividados tem uma relação com o mercado de trabalho, porque geralmente o emprego cresce provoca uma redução no número de endividados e também na inadimplência. “O aumento da quantidade de endividados é ruim para a economia porque as pessoas que estão nesta situação não vão ter opções de crédito disponível, como o cartão de crédito, o crédito pessoal etc. As famílias de menor renda que estão nesta situação dificilmente vão conseguir comprar bens duráveis neste final de ano”, comenta Rafael. As festas de fim de ano é o melhor período de vendas do comércio.

Ainda de acordo com a Fecomércio-PE, o endividamento é um problema que afeta famílias e tem impacto em sua receita mensal, reduzindo o poder de compra das mesmas, especialmente em relação a produtos não duráveis, como alimentos. Além disso, a inadimplência pode levar a despesas adicionais, como juros, mora e multas, o que pode ampliar ainda mais as dificuldades financeiras, especialmente para consumidores com renda mais baixa. Só lembrando que o País tem um dos juros mais altos do mundo e, para quem deve no cartão de crédito, a dívida aumenta de uma forma acelerada.

As contas, a inadimplência e o crédito

A inadimplência também aumentou em Estados como Ceará (+10,7%) e Pernambuco (+19,4%) e diminuiu na Bahia (-41,1%). Inadimplentes são aqueles que já estão com as contas em atraso. “Com muitos inadimplentes, as empresas começam a trabalhar com uma taxa de juros maior, porque o risco está maior. E aí este efeito atinge todas as classes sociais”, comenta Rafael.

Ele acredita que a perspectiva de uma maior inadimplência para o final do ano vai se refletir nas compras de fim de ano, implicando em menos compras para a parcela da população que está endividada ou inadimplente. “Uma dica interessante seria aproveitar o 13º do fim do ano para quitar as dívidas e voltar a ter crédito”, aconselha o economista da Fecomércio-PE.

Ainda de acordo com a PEIC, a potencial inadimplência é a expectativa dos devedores de não pagarem suas dívidas no mês subsequente ao levantamento. Já o atraso no pagamento (inadimplência) é o ato de não cumprir efetivamente os compromissos assumidos com o endividamento.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 14/11/2023

RAQUEL E WELINGTON DIAS ANUNCIAM INVESTIMENTO DE R\$ 61 MILHÕES EM CISTERNAS

As cisternas podem ajudar na sobrevivência das famílias que moram no semiárido
Da Redação ME



Ao centro, a governadora Raquel Lyra e o ministro Wellington Dias anunciam um investimento de R\$ 61 milhões que serão empregados em cisternas em Pernambuco. Foto: Janaína Pepeu/Secom

A governadora Raquel Lyra participou do ato simbólico de retomada do Programa Cisternas ao lado do ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias. Na solenidade, foi anunciado um investimento de R\$ 61 milhões para a construção de cisternas no Estado, com água para consumo e produção. Ao todo, o governo

federal, por meio do ministério, anunciou recursos no valor de R\$ 497 milhões para a iniciativa.

A iniciativa é importante porque os períodos de estiagem são cíclicos no semiárido pernambucano, garantindo a sobrevivência das famílias naquela região. “Nós temos que ter urgência em garantir a infraestrutura adequada para que a população possa viver onde ela tem suas raízes, sobretudo em zonas rurais que ainda não têm acesso à água. O Programa Cisternas anuncia R\$ 61 milhões para fazer cisternas de primeira água, barragens subterrâneas, que se somam a uma série de investimentos que estão em execução no Estado, como a Aduzadora do Agreste. Quero agradecer ao ministro Wellington Dias e ao presidente Lula pelas parcerias que eles têm feito com o Governo de Pernambuco”, destacou a governadora Raquel Lyra.

As cisternas na convivência com o semiárido

Ainda no evento, o ministro Wellington Dias ressaltou a importância da retomada de parcerias para a execução de cisternas, esta importante ferramenta de promoção da segurança alimentar e nutricional no semiárido. “A cisterna, essa tecnologia social, serve tanto para consumo humano quanto para a produção. É uma garantia de chegar água onde não há outra alternativa. Então agora retomamos o programa já liberando R\$ 497 milhões em uma parceria com a Fundação Banco do Brasil e também com o BNDES. O objetivo é alcançar mais de 61 mil novas cisternas para o Brasil”, afirmou.

O membro da coordenação executiva da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), Cícero Félix, festejou o retorno da iniciativa. A ASA foi uma das instituições que contribuiu para espalhar cisternas no semiárido nordestino. “A cisterna traz conhecimento, dignidade e independência. A volta deste programa significa a continuação da trajetória de conquista de liberdade para os povos brasileiros”, argumentou Cícero Félix.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 14/11/2023



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

REALIZADA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO CANAL DE ACESSO DO PORTO DE PARANAGUÁ

Proposta de edital da primeira concessão de canal de acesso do país prevê serviços de dragagem, derrocagem, sinalização náutica, batimetria, programas e monitoramentos ambientais, entre outros



Audiência Pública contou com diversas contribuições. Período de consulta pública se encerra no dia 22 de novembro

Brasília 13/11/2023 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizou, nesta segunda-feira (13), a Audiência Pública 07/2023. A consulta visa ao recebimento de contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos à realização de certame licitatório para a concessão

do acesso aquaviário (canal de acesso) ao Porto de Paranaguá (PR).

A Audiência Pública foi aberta pelo diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, que ressaltou o pioneirismo da proposta de concessão de canal de acesso portuário do país. As diretrizes seguem de acordo com a política estabelecida pelo Governo Federal de concessão de canais de acesso.

“É uma satisfação participar dessa primeira audiência pública voltada à concessão de um canal de acesso aquaviário em um porto público. É um marco e, a partir de agora, começaremos a coletar as percepções dos regulados e interessados em participar do projeto. Todo projeto sai fortalecido após a realização de audiência pública”, disse.

Outro presente na audiência foi o relator do processo de elaboração da proposta de edital e de realização de consulta pública do canal de acesso ao Porto de Paranaguá, o diretor Wilson Lima Filho. O diretor explicou que a concessão do canal de acesso segue o entendimento de que é preciso desburocratizar a ampliação e alargamento do canal, possibilitando que navios maiores possam atracar no porto.

“Fico muito satisfeito em relatar esse processo pioneiro dentro da ANTAQ. O crescimento exponencial do comércio internacional, atrelado ao crescimento dos navios de cargas, são grandes desafios para os portos. Assim, a manutenção dos canais de acesso sem entraves burocráticos são fatores que garantem a segurança da navegação e o adequado fluxo de mercadoria”, falou.

Além do diretor-geral, do relator do processo e dos diretores da ANTAQ Flávia Takafashi e Alber Vasconcelos, a audiência pública contou com a presença da secretária Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério de Portos e Aeroportos (SNPTA/Mpor), Mariana Pescatori, da diretora na Secretaria Especial para o Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil, Amanda Seabra, do diretor-presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), Luiz Fernando Garcia, do diretor de Planejamento da Infra S.A., Cristiano Della Giustina, e equipes técnicas dessas instituições.

O período de contribuições para os documentos relativos ao edital de concessão do canal do acesso do porto de Paranaguá ainda está aberto se encerrando no dia 22 de novembro. Todas as contribuições devem ser feitas aqui. Os questionamentos serão analisados tecnicamente e os resultados, publicados no site da ANTAQ.

Sobre a proposta

A proposta prevê que o prazo contratual seja de 25 anos, com assunção da área prevista para o ano de 2024 e possibilidade de prorrogações sucessivas até o limite de 70 anos. A estimativa do Capex é de R\$ 1,07 bilhão, do Opex de R\$ 2,35 bilhões e da receita bruta global de R\$ 8,85 bilhões.

Entre as principais melhorias previstas no projeto de concessão do Canal de Acesso de Paranaguá estão o aprofundamento, ampliação e alargamento do canal, o alargamento da bacia de evolução e o aprofundamento da área de fundeio nº 6. Com isso, a previsão é passar para 13,3 metros ainda na fase de implantação e chegar a 15,5 metros após a concessão, o que viabilizará a atração de navios maiores.

O futuro concessionário executará todos os investimentos necessários para atingir a meta estabelecida, incluído serviços de dragagem, derrocagem, sinalização náutica, batimetria, programas e monitoramentos ambientais, dentre outros.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 14/11/2023

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

RODOVIAS - FUNDAMENTAL À MOBILIDADE NA GRANDE NATAL (RN), RETA TABAJARA TEM MAIS 6,9 QUILÔMETROS DUPLICADOS PELO GOVERNO FEDERAL

Conjunto de intervenções em andamento na BR-304/RN soma R\$ 376,5 milhões em investimentos e beneficia cerca de 1,5 milhão de habitantes do estado



Intervenções foram realizadas entre os Kms 286,2 e 292,8, no município de Macaíba - Foto: DNIT/Divulgação

Com movimento diário superior a 50 mil veículos, a Reta Tabajara, na BR-304/RN, ganha nesta sexta-feira (10) mais 6,9 quilômetros de pistas duplicadas. As intervenções foram realizadas entre os Kms 286,2 e 292,8, no município de Macaíba, beneficiando também os moradores e usuários da via em Natal, Parnamirim e São Gonçalo do

Amarante. O tráfego já está liberado no novo segmento duplicado.

Trata-se de investimento estratégico do Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, no estado. Divididas em duas fases, as obras de duplicação da Reta Tabajara somam R\$ 376,5 milhões em investimentos federais – R\$ 245,8 milhões já foram aplicados. Confira o que está previsto:

1ª etapa

- duplicação de 16,6 quilômetros da rodovia;
- restauração da pista existente;
- implantação de sete Obras de Arte Especiais (OAEs): ponte e seis viadutos.

2ª etapa* (entre Macaíba e Parnamirim)

- Construção de três viadutos e uma ponte;
- Implantação de aproximadamente 10 quilômetros de vias marginais em cada sentido da via.

Os serviços são executados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e vão proporcionar melhora significativa na trafegabilidade da região, onde moram em torno de 1,5 milhão de pessoas. Os ganhos serão sentidos especialmente nas proximidades das travessias urbanas, acessos a municípios e interseções – cada trecho renovado vai disciplinar o tráfego, oferecendo mais segurança para a travessia de veículos e de pedestres.



A rodovia

Com 409 quilômetros de extensão, a BR-304 começa na capital potiguar e segue até a divisa com o estado do Ceará, conectando-se à BR-116/CE. A rodovia é de extrema importância para o desenvolvimento econômico e turístico do Rio Grande do Norte, além de ser a principal ligação com cidades do interior como, por exemplo, Mossoró.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 14/11/2023



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – DESAFIOS CIBERNÉTICOS

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O recente ataque hacker aos terminais portuários da DP World Austrália mostrou a vulnerabilidade significava enfrentada pelo setor no ciberespaço. A paralisação das operações em complexos marítimos cruciais, como os de Sydney, Melbourne, Brisbane e Fremantle, serve como um lembrete vívido de que a segurança cibernética é uma necessidade premente.

Os portos são a espinha dorsal do comércio global. E sua operação continua é vital para as economias nacionais. O incidente na DP World Australia, que movimentava 40% do fluxo de mercadorias do país, evidencia a importância de proteger não apenas os navios e a infraestrutura física, mas também os sistemas de tecnologia da informação que sustentam essas operações.

A rápida resposta da empresa, ao desligar seus sistemas de internet para conter a violação, foi louvável. No entanto, o fato de que atividades críticas foram paralisadas por três dias destaca a necessidade urgente de se investir em medidas de segurança cibernética robustas. A retomada das operações não sinaliza a superação do incidente, que deixou claro que, mesmo diante de esforços para proteger os sistemas, interrupções temporárias podem ocorrer.

Os ataques cibernéticos representam uma ameaça crescente em um mundo cada vez mais interconectado. O setor portuário, que lida com uma quantidade massiva de dados sensíveis e operações complexas, está na mira desses grupos. Seja para interromper as operações, causar danos financeiros ou obter informações estratégicas, os motivos por trás desses ataques são diversos.

É imperativo que as autoridades portuárias invistam em tecnologias avançadas de segurança cibernética, realizem avaliações regulares de vulnerabilidade e implementem protocolos de resposta a incidentes. A colaboração com especialistas em segurança digital e agências governamentais é fundamental para fortalecer as defesas contra essas ameaças, que estão em constante evolução.

Além disso, a conscientização sobre segurança cibernética deve ser promovida em toda a cadeia logística, desde operadores portuários até empresas de transporte e parceiros comerciais. A preparação é a chave para mitigar os impactos de possíveis ataques futuros.

O incidente na DP World Australia deve ser encarado como um alerta para todos os atores do setor portuário global. A segurança cibernética não é um luxo, mas uma necessidade absoluta. Garantir a resiliência dos portos no mundo digital é tão crítico quanto proteger suas instalações físicas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

MULTA

O Porto de Itajaí (SC) foi multado em R\$ 200 mil pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o órgão regulador do setor, por não manter a profundidade mínima no canal de navegação e nas bacias de manobra do complexo marítimo nos últimos dois anos.

RECIFE I

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, teve uma segunda-feira com diversas atividades em Pernambuco. Além de anunciar obras para o Aeroporto de Petrolina, ele teve uma reunião com o presidente do Porto do Recife, Delmiro Gouveia. Conforme publicou em suas redes sociais, Costa Filho disse que foram discutidos investimentos para o complexo portuário.

RECIFE II

Ainda segundo Silvio Costa Filho, nos próximos anos, sob a orientação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Porto do Recife receberá aportes para serviços como o de dragagem. Essa e outras melhorias vão, de acordo com o ministro, possibilitar a ampliação da movimentação de navios cargueiros e de cruzeiro.

PONTE INTERNACIONAL 1

O Governo Federal vai lançar hoje, dia 14, o edital para a elaboração dos projetos e a construção da ponte internacional entre as cidades de Guajará-Mirim (RO) e Guayaramerín, na Bolívia. O empreendimento prevê a implantação de ligação entre as duas cidades, que terá 1,22 quilômetro de extensão, e de um complexo de fronteira com 9,28 mil metros quadrados e 3,7 quilômetros de pistas de acesso. As obras devem ser concluídas em três anos.

PONTE INTERNACIONAL 2

O lançamento do edital ocorrerá durante uma solenidade na sede do Ministério dos Transportes, em Brasília, às 15 horas desta terça-feira, com a participação do ministro Renan Filho, e do governador de Rondônia, Marcos Rocha. O evento será transmitido pelo portal BE News (www.portalbenews.com.br). A obra integra a nova versão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

REUNIÃO

O ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Márcio França, se reunirá com empresários da Baixada Santista (SP) hoje, as 10 horas, durante visita à sede da Associação Comercial de Santos (ACS).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2023

NACIONAL - PARANAGUÁ: AUDIÊNCIA SOBRE CONCESSÃO DO CANAL DISCUTE OBRIGAÇÕES E CONTRAPARTIDAS

Foi o primeiro encontro promovido pela Antaq para tratar do assunto com representantes da comunidade portuária

Por **CÁSSIO LYRA** marilia@portalbenews.com.br



A audiência pública foi aberta pelo diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, que ressaltou o pioneirismo da proposta de concessão de canal de acesso portuário do país Crédito: Divulgação/Antaq

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) promoveu na segunda-feira (13) a primeira audiência pública a respeito da concessão do canal de acesso ao



Porto de Paranaguá (PR). A sessão ocorreu na sede da agência, em Brasília, mas contou com a participação virtual de representantes da comunidade portuária paranaense e demais convidados. A audiência serviu para apresentação de sugestões e possíveis aprimoramentos dos documentos técnicos e jurídicos relativos ao edital de licitação.

Durante a reunião foram levantados pontos como as contrapartidas a partir do projeto de concessão e as obrigações que ficarão a cargo da empresa ou concessionária vencedora do certame.

A audiência pública foi aberta pelo diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, que ressaltou o pioneirismo da proposta de concessão de canal de acesso portuário do país. As diretrizes seguem de acordo com a política estabelecida pelo Governo Federal de concessão de canais de acesso aquaviário.

“É uma satisfação participar dessa primeira audiência pública voltada à concessão de um canal de acesso aquaviário em um porto público. É um marco e, a partir de agora, começaremos a coletar as percepções dos regulados e interessados em participar do projeto. Todo projeto sai fortalecido após a realização de audiência pública”, comentou.

Relator do processo de elaboração da proposta do edital de licitação e da realização da consulta pública, o diretor da Antaq, Almirante Wilson Lima Filho, explicou que a concessão do canal de acesso segue o entendimento de que é preciso desburocratizar a ampliação e alargamento do canal, possibilitando que navios maiores possam atracar no porto.

“O crescimento exponencial do comércio internacional, atrelado ao crescimento dos navios de cargas, são grandes desafios para os portos. Assim, a manutenção dos canais de acesso sem entraves burocráticos são fatores que garantem a segurança da navegação e o adequado fluxo de mercadoria”, analisou.

Representando a Antaq, a audiência contou com a participação dos diretores Flávia Takafashi e Alber Vasconcelos. A secretária nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Mariana Pescatori, representou o Ministério de Portos e Aeroportos. Ela destacou a diretriz da pasta em relação aos canais aquaviários e enfatizou o bom relacionamento do Governo Federal com a iniciativa privada, em prol dos investimentos voltados para infraestrutura portuária.

Participaram da reunião também Amanda Seabra, diretora na Secretaria Especial para o Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil, Luiz Fernando Garcia, diretor-presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) e de Cristiano Della Giustina, diretor de Planejamento da Infra SA.

O período de contribuições para os documentos relativos ao edital de concessão do canal do acesso do porto de Paranaguá ainda está aberto e será encerrado no dia 22 de novembro. Os questionamentos serão analisados tecnicamente e os resultados, publicados no site da Antaq.

Projeto de concessão

Esta será a primeira concessão de canal de acesso portuário do Brasil. As diretrizes seguem de acordo com a política estabelecida pelo Governo de concessão de canal de acesso.

A proposta prevê que o prazo contratual seja de 25 anos, com assunção da área prevista para o ano de 2024 e possibilidade de prorrogações sucessivas até o limite de 70 anos. A estimativa do Capex é de R\$ 1,07 bilhão, do Opex de R\$ 2,35 bilhões e da receita bruta global de R\$ 8,85 bilhões.

Entre as principais melhorias previstas no projeto de concessão do canal de acesso de Paranaguá estão o aprofundamento, ampliação e alargamento do canal, o alargamento da bacia de evolução e o aprofundamento da área de fundeio nº 6.

Com isso, a previsão é passar para 13,3 metros ainda na fase de implantação e chegar a 15,5 metros após a concessão, o que viabilizará a atracação de navios maiores.

O futuro concessionário executará todos os investimentos necessários para atingir a meta estabelecida, incluído serviços de dragagem, derrocagem, sinalização náutica, batimetria, programas e monitoramentos ambientais, dentre outros.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2023

REGIÃO NORDESTE - MINISTRO ANUNCIA OBRAS DE AMPLIAÇÃO PARA O AEROPORTO

Previsão é de que os serviços no equipamento pernambucano sejam concluídos até junho de 2024

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br

O ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, esteve na segunda-feira (13) em Petrolina (PE) para anunciar as obras de ampliação e modernização do Aeroporto Internacional Senador Nilo Coelho.

A cerimônia foi no saguão do equipamento e contou com a presença do prefeito da cidade, Simão Durando, do CEO da CCR Aeroportos, concessionária que administra o terminal, Fabio Russo e do presidente da Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados, Guilherme Coelho.



O ministro de Portos e Aeroportos Silvio Costa Filho disse durante o evento que o Aeroporto de Petrolina tem hoje 3,5 mil metros de área construída e ganhará mais 2 mil após a obra Crédito: Eduardo Oliveira/MPor

Os trabalhos serão de responsabilidade da CCR, que gere o aeroporto desde março de 2022, e preveem a ampliação do pátio de aeronaves e do terminal de passageiros; implantação do sistema visual indicador de rampa de aproximação (PAPI) em ambas as cabeceiras; instalação e manutenção de sistema de desaceleração de aeronaves em Áreas de Segurança

de Fim de Pista (RESA); entre outros.

No total, serão 15 intervenções que devem ser concluídas até o final do primeiro semestre do ano que vem, num investimento de R\$ 56 milhões. Em relação a empregos, são estimadas 215 novas vagas de trabalho na fase de obras.

“Praticamente um novo aeroporto será construído em Petrolina. Hoje temos 3,5 mil metros de área construída e, depois da obra, o terminal terá mais 2 mil metros de área construída. É mais conforto, segurança e qualidade para os passageiros”, declarou Silvio Costa Filho.

Ainda em sua fala, o ministro disse que o investimento é necessário também para estimular a economia local e que o governo quer expandir o turismo de negócio e lazer na região.

Já a concessionária ressaltou que a obra tem o objetivo de aumentar a segurança operacional, otimizar a capacidade de atendimento de aeronaves e proporcionar um ambiente mais confortável e moderno para os passageiros.

“Esse terminal é a porta de entrada para as belezas do sertão nordestino e para o ambiente de negócios desta região, que só tem crescido e possui boas perspectivas ao horizonte. Com a realização da obra, estamos entusiasmados em impulsionar o potencial econômico e turístico da região, proporcionando uma experiência aeroportuária de excelência para passageiros e parceiros comerciais”, citou o CEO da CCR Aeroportos, Fabio Russo.

O prefeito de Petrolina, Simão Durando, destacou que a ampliação do aeroporto acompanha o crescimento da cidade, que tem a terceira maior população de Pernambuco, segundo dados do último censo do IBGE.

“O aeroporto precisa acompanhar esse crescimento. Esse recurso vai melhorar a estrutura do transporte aeroviário da cidade e vai tornar mais próximo a volta dos voos cargueiros, imprescindíveis para a fruticultura e escoamento da produção”, pontuou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2023

REGIÃO NORDESTE - DEPUTADOS APROVAM AUMENTO DE 1,5% NO ICMS

Medida foi alvo de críticas pelo setor produtivo, que teme impacto do preços no produto final

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br

Deputados da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) aprovaram na última terça-feira (7) um projeto de lei que aumenta o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 1,5%. Se sancionada pelo governador Jerônimo Rodrigues, a mudança começará a valer em janeiro de 2024, com a alíquota no estado passando de 19% para 20,5%.

O PL 25.091 foi proposto pelo deputado Rosemberg Pinto. Segundo ele, a medida busca recompor os níveis atuais da receita estadual em função da perda de arrecadação após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que reduziu alíquotas sobre operações com energia elétrica e serviços de telecomunicações, além da queda em 2022 na mudança da tributação dos combustíveis.



A Assembleia Legislativa da Bahia possui 63 deputados e o Projeto de Lei foi aprovado pela maioria da casa, dependendo apenas da sanção do governador Jerônimo Rodrigues
Crédito: Divulgação

O deputado Jordavio Ramos pontuou que a proposta vai impactar em 4,5% no custo final de bens de consumo, e o deputado Alan Sanches, líder opositor, afirmou

ter um manifesto de 54 associações contrárias ao ajuste.

Na semana passada, entidades que representam o setor produtivo da Bahia lançaram um manifesto contra o PL, alegando que o aumento da carga tributária vai prejudicar a economia do Estado e impactará negativamente o custo de vida dos cidadãos, resultando na diminuição de compra do consumidor final.

O ICMS é uma das principais fontes de arrecadação e abrange os setores de alimentos e bebidas, combustíveis, medicamentos, roupas, eletrônicos, importação de mercadorias, serviços de saúde, educação e serviços de transporte.

Nos registros do Diário Oficial da Alba consta que o deputado Diego Castro foi contra a medida e declarou o aumento “nefasto aumento arrecadatário”.

Já Euclides Fernandes defendeu a aprovação do projeto e disse que o governo precisa arrecadar para fazer “o que o povo necessita e espera”.

A Assembleia Legislativa da Bahia possui 63 deputados e o projeto foi aprovado pela maioria da casa.

Manifesto

No manifesto enviado à Câmara, as associações alegaram que “a aprovação do Projeto de Lei agravaria a atual crise econômica, contribuindo para a elevação de preços e da inflação”.

O documento foi assinado pelo Fecomércio Bahia; Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (Faeb); Federação das Empresas de Transportes dos Estados da Bahia e Sergipe (Fetrabase); Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb); Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado da Bahia (FCDL-BA); e Câmara de Dirigentes Lojistas de Salvador.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 14/11/2023

REGIÃO SUDESTE - TERMINAL DE PASSAGEIROS MANTÉM OPERAÇÕES DURANTE MISSÃO DE GLO NO PORTO DE SANTOS

Emprego das forças militares não interfere atividades no Concais durante a temporada de cruzeiros
Por **CÁSSIO LYRA** marilia@portalbenews.com.br

O terminal de passageiros do Porto de Santos, o Concais, mantém suas operações de maneira normal, mesmo durante a missão de Garantia de Lei e da Ordem (GLO), que reúne um grande contingente de militares e forças especiais no maior cais da América Latina.

O período de atracação de navios de cruzeiro já começou no terminal, nesta que é considerada a maior temporada no cais santista. Segundo a estimativa, mais de 915 mil passageiros passarão pelo Concais até maio do ano que vem.



Segundo o terminal Concais, os embarques e desembarques não serão impactados e todas as 152 escalas de navios de cruzeiro serão realizadas até 3 de maio do ano que vem Crédito: Divulgação/Concais

Para manter as atividades em seu pleno funcionamento, o terminal informa que celebra os investimentos em segurança realizados nos últimos 25 anos, que somam a quantia de R\$ 30 milhões.

Decretada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a ação de GLO ocorre nos estados de São

Paulo e Rio de Janeiro, com foco nos portos de Santos, Rio de Janeiro, e Itaguaí, além dos aeroportos internacionais de Guarulhos e do Galeão.

A operação teve início no último dia 6 de novembro. Em Santos, mais de 530 militares atuam nas ações de segurança visando coibir o tráfico internacional de drogas e armas por via marítima. As ações ocorrem de forma contínua, tanto na linha d'água quanto nos gates e acessos terrestres do porto. Porém, segundo o terminal, os embarques e desembarques não serão impactados e todas as 152 escalas de navios de cruzeiro serão realizadas até 3 de maio do ano que vem.

Vale lembrar que o decreto da Garantia da Lei e da Ordem é válido até maio do ano que vem, exatamente no período de temporada dos navios de cruzeiro. Segundo anúncio do Governo Federal, a GLO poderá ser estendida, caso exista a necessidade.

O terminal de passageiros conta com equipamentos, câmeras e atualizações de softwares para garantir a segurança das operações e dos turistas. Apenas neste ano foram investidos cerca de R\$ 4,1 milhões com esse foco.

Como parte do auxílio na parte de segurança, o Concais informa também utiliza a tecnologia para flagrar contrabando de armas, materiais explosivos, além da comercialização de drogas. É obrigatório que todos os passageiros e tripulantes passem pela inspeção de malas de mão, detector

de metais e, quando necessário, revista pessoal. Tudo isso acontece antes do embarque no navio, nos salões do terminal, equipados com escâneres, câmeras e seguranças.

A inspeção de malas é um dos procedimentos mais importantes nesta etapa da segurança, já que, em grande parte, os produtos ilícitos são escondidos. O salão de recebimento de bagagens é totalmente alfandegado e 100% das malas são escaneadas.

Em diversas ocasiões, o sistema de monitoramento também auxilia na identificação de pessoas com restrições de embarque com mandado de prisão. Esta tecnologia ganha ainda mais importância nos dias em que o Concais recebe três navios simultaneamente, quando são atendidos 32 mil passageiros e mais 2,5 mil tripulantes de cruzeiros.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2023

INTERNACIONAL - PORTOS AUSTRALIANOS RETOMAM PARTE DE OPERAÇÕES APÓS ATAQUE

Invasão online começou na sexta-feira e afetou terminais da DP World Australia

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br

Os terminais portuários da empresa DP World Australia conseguiram retomar parte das operações na segunda-feira (13), após serem alvo de um ataque hacker na última sexta-feira (10).

As atividades foram paralisadas nos portos de Sydney, Melbourne, Brisbane e Fremantle e cerca de 30 mil contêineres ficaram bloqueados nos terminais.

A companhia informou que, após três dias de violação de seus sistemas de TI, conseguiu retomar o controle operacional e pretendia liberar, ainda na segunda-feira, cerca de 5 mil contêineres represados em seus quatro terminais. A ação representaria 17% da carga total afetada, que é de 30 mil contêineres, de acordo com a Australian Financial Review.



Devido ao ataque hacker, as atividades foram paralisadas nos portos de Sydney, Melbourne, Brisbane e Fremantle e cerca de 30 mil contêineres ficaram bloqueados nos terminais Crédito: Divulgação

A reabertura dos portos foi possível após “testes bem-sucedidos de sistemas-chave durante a noite”, disse a DP World Australia em comunicado, explicando que “instabilidade” e “contratempos” ainda podem ser enfrentados até a total normalização.

“A retomada das operações portuárias não significa que este incidente tenha terminado e os esforços para proteger sistemas podem causar algumas interrupções temporárias e necessárias nos próximos dias”. A empresa movimenta 40% do fluxo de mercadorias do país e é propriedade da DP World, sediada em Dubai.

Investigações

A companhia trabalha em parceria com as autoridades australianas para investigar e resolver o problema. Na sexta-feira (10), após descobrir a violação, a empresa decidiu desligar seus sistemas da internet, informou o coordenador nacional de segurança cibernética, Darren Goldie.

Ainda de acordo com o representante do governo, a empresa manteve a capacidade de recuperar cargas sensíveis.

Até a manhã de segunda-feira as autoridades não sabiam quem estava por trás do ataque e seguiam focadas em ajudar a empresa a retomar suas operações, afirmou Goldie.

A Polícia Federal Australiana também investiga o incidente, mas sem falar com a imprensa. Em uma postagem feita no domingo (12) em uma rede social, a ministra australiana de Assuntos Internos, Clare O'Neil, chamou o incidente de “um lembrete do sério risco que os ataques cibernéticos representam” para o país e “para a infraestrutura vital de que todos dependemos”.

De acordo com a imprensa australiana, a companhia não recebeu nenhum pedido de resgate por parte dos hackers, como é comum ocorrer nessas situações.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2023



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

PETROBRAS LUCRA R\$ 26,6 BILHÕES NO 3º TRIMESTRE DE 2023

Informações: Agência GOV (14 de novembro de 2023)

Esse resultado decorre principalmente da valorização de 11% do preço do petróleo (Brent), maiores exportações de petróleo e vendas de derivados no mercado interno e menores importações de Gás Natural Liquefeito (GNL)



Plataforma Anita Garibaldi entra em produção na Bacia de Campos – Foto: Agência Petrobras

Com elevada performance operacional e crescimento da sua produção de petróleo, gás e derivados, a Petrobras reportou lucro líquido de R\$ 26,6 bilhões e EBITDA ajustado de R\$ 66,2 bilhões no 3º trimestre de 2023 (3T23), mantendo a consistência de bons resultados da empresa.

O EBITDA ajustado, que mede o resultado operacional da companhia, cresceu 17% no período em comparação com o segundo trimestre de 2023, alcançando a sexta melhor marca trimestral da história da Petrobras. Esse resultado decorre principalmente da valorização de 11% do preço do petróleo (Brent), maiores exportações de petróleo e vendas de derivados no mercado interno e menores importações de Gás Natural Liquefeito (GNL).

Apesar dos ganhos operacionais, o lucro líquido no 3T23 foi impactado principalmente pela desvalorização do real frente ao dólar, por isso, foi observada a redução de 7,5% ante o 2T23. Quando comparado ao 3º trimestre de 2022, o lucro líquido caiu 42%, resultado justificado pela queda do Brent e também pela redução das margens dos derivados no mercado internacional (cracksreads). É importante ressaltar que essas variáveis afetaram não só a Petrobras, mas a indústria de óleo, gás e derivados como um todo. Ainda assim o fluxo de caixa operacional (FCO) da Petrobras está acima da média das empresas globais de petróleo (majors).

Os números do ano passado refletiram um cenário atípico de preço alto de Brent que levaram a resultados financeiros recordes para as companhias de petróleo. Na comparação com os nove primeiros meses de 2022, a Petrobras apresenta menores perdas de fluxo de caixa operacional (FCO) e livre (FCL) na comparação com as empresas pares. Enquanto as majors da indústria apresentaram uma redução média de 28% no FCO e 43% no FCL nos 9M23 ante 9M22*, a Petrobras reportou queda de apenas 14% e 25% respectivamente (dados em US\$). O desempenho operacional da companhia ajudou a mitigar as perdas por conta da queda do Brent. Nos 9M23, a produção comercial de petróleo e gás da Petrobras cresceu 1%, ao passo que as majors tiveram, em média, redução de 3% de produção.



“Estamos trabalhando para a Petrobras crescer de forma sustentável e rentável. Tivemos um terceiro trimestre excelente com recordes operacionais no E&P, no refino e no processamento de gás; seguimos com a nossa estratégia comercial para os combustíveis, que vem se mostrando bem-sucedida, tornando a Petrobras mais competitiva no mercado e ao mesmo tempo permitindo períodos de estabilidade para o consumidor. E tudo isso com responsabilidade socioambiental, resultados financeiros sólidos e consistentes, contribuindo para a sociedade e remunerando os acionistas da empresa”, destacou o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates.

Alinhada ao seu compromisso com a distribuição dos resultados gerados e sustentabilidade financeira, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou o pagamento de R\$ 17,5 bilhões em dividendos e juros sobre capital próprio referentes aos resultados do 3T23.

Endividamento sob controle

A dívida bruta da Petrobras segue patamar saudável e dentro do intervalo de referência entre US\$ 50 bilhões e US\$ 65 bilhões. A companhia encerrou o 3º trimestre com uma dívida bruta de aproximadamente US\$ 61 bilhões, 5% acima do trimestre anterior. Esse aumento se deve à entrada em operação do FPSO Anita Garibaldi na Bacia de Campos, uma plataforma afretada que eleva tanto o ativo quanto a dívida da companhia, segundo a norma contábil internacional (IFRS 16). O aumento do endividamento, portanto, não está associado a captações de dívida financeira da companhia, que continua a financiar suas obrigações com seu fluxo de caixa operacional, em linha com seu Plano Estratégico.

“O nível de dívida da empresa segue como planejamos. Estávamos no piso da nossa faixa de referência justamente porque tínhamos a expectativa de início da operação de alguns FPSOs afretados, como o Anita Garibaldi, que já está produzindo na Bacia de Campos e contribuindo para o aumento de produção da Petrobras. Excluindo o efeito do afretamento, a dívida financeira da companhia ficou estável em comparação com o segundo trimestre, atingindo US\$ 29,5 bilhões em 30 de setembro de 2023”, explica Sergio Caetano Leite, diretor Financeiro e de Relacionamento com Investidores.

Contribuições para a sociedade

No 3T23, os investimentos da Petrobras totalizaram US\$ 3,4 bilhões, 5% acima do 2T23. Nos primeiros nove meses do ano, os investimentos totalizaram US\$ 9,1 bilhões, um crescimento de 31% em relação ao mesmo período de 2022. Mesmo com o cenário desafiador enfrentado pelo mercado fornecedor, que influenciou a capacidade de suprimento da demanda, a Petrobras deve encerrar o ano com patamar de US\$ 13 bilhões de investimentos, sem comprometer a meta de produção planejada para 2023.

As operações da Petrobras seguem dando significativo retorno para a sociedade. Somente no terceiro trimestre do ano, foram pagos R\$ 56,5 bilhões em tributos para União e entes estaduais e municipais. Durante o período também foram pagos ao grupo controlador (União Federal, BNDES e BNDESPar) R\$ 9 bilhões em dividendos aprovados anteriormente.

Performance operacional excepcional

Como reportado no relatório de produção, a companhia também apresentou excelentes resultados operacionais no 3T23. A produção média de óleo, líquido de gás natural (LGN) e gás natural própria da companhia cresceu 9% em relação ao segundo trimestre de 2023, alcançando 2,88 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed) no período. Esse resultado se deve, principalmente, ao alto desempenho operacional das plataformas do pré-sal.

A produção própria no pré-sal bateu novo recorde trimestral de 2,25 milhões de boed, equivalente a 78% da produção total da Petrobras, superando o recorde anterior de 2,06 milhões de boed no segundo trimestre deste ano. A produção total operada pela Petrobras também atingiu o recorde com 3,98 milhões de boed no mesmo período, 8% acima do 2T23.

O FPSO Almirante Barroso, no Campo de Búzios, atingiu sua capacidade máxima de 150 mil bpd, com três poços produtores, no dia 24 de outubro, apenas 146 dias após o primeiro óleo, um recorde no pré-sal. O recorde anterior da Petrobras foi o do FPSO P-76, também no campo de Búzios, que atingiu a capacidade máxima de produção em 234 dias.

O fator de utilização (FUT) das refinarias da Petrobras atingiu 96% no terceiro trimestre, o melhor resultado trimestral desde 2014. A produção total de derivados foi de 1.829 milhão barris por dia (Mbpd) no período. A produção de diesel, gasolina e QAV representou 69% da produção total, um aumento de 2 pontos percentuais em relação ao segundo trimestre.

A companhia também reduziu a emissão de gases de efeito estufa, alcançando os melhores resultados trimestrais das refinarias em Intensidade Energética (101,7) e Intensidade de Emissão de Gases do Efeito Estufa (36,2 kgCO₂eq/CWT), fruto dos investimentos no Programa RefTOP (Refino de Classe Mundial) e dos avanços em eficiência energética.

* Fonte dos dados das majors: Bloomberg, 08/11/2023.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 14/11/2023

OPEP ELEVA PROJEÇÃO DE OFERTA DE COMBUSTÍVEIS DO BRASIL EM 2023 PARA 4,1 MILHÕES BPD

Informações: CNN Brasil (14 de novembro de 2023)



Resultado representa melhora de 400 mil bpd em relação a 2022 – Image by www.slom.pics on Freepik

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opec) elevou em 25 mil barris por dia (bpd) sua expectativa para a oferta de combustíveis líquidos do Brasil em 2023, para uma média de 4,1 milhões de bpd.

O resultado representa um avanço de 400 mil bpd ante o ano anterior, e é influenciado pela produção “forte” vista em setembro, afirma o cartel em relatório mensal publicado

nesta segunda-feira (13).

A Opec também projeta produção ainda maior no quarto trimestre deste ano.

Para 2024, o cartel manteve expectativa de alta em 120 mil barris na comparação anual, a 4,2 milhões de bpd.

Em setembro, a produção de petróleo do Brasil teve alta de 210 mil bpd ante o mês anterior, para uma média de 3,7 milhões de bpd, devido a saltos na produção de quatro plataformas offshore e menos manutenção.

Já a produção de gás natural liquefeito ficou praticamente estável, e deve seguir assim em outubro.

A produção total de combustíveis líquidos do Brasil cresceu 210 mil bpd em setembro, para uma média de 4,4 milhões de bpd.

O resultado é novo recorde do país, após o pico de 4,3 milhões de bpd visto em julho de 2023, diz o grupo.

Projeções para o PIB

No mesmo relatório, a Opec manteve sua previsão para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2023, em 2,5%. O cartel também manteve sua projeção para 2024, esperando alta no PIB brasileiro de 1,2%.



Segundo a Opep, dados recentes do Brasil indicam continuidade no crescimento da economia no segundo semestre de 2023, mas em ritmo menor do que o registrado no primeiro semestre, devido a desaceleração do setor de serviços.

O cartel projeta que os progressos na reforma tributária, melhora nas perspectivas de investimento no Brasil e maior relaxamento da política monetária no início de 2024 devem impulsionar o crescimento no próximo ano.

A Opep mantém expectativas de que o BC brasileiro continuará reduzindo a taxa Selic à medida que a inflação desacelerar, apesar da recente escalada nos preços de energia.

Em sua visão, a taxa Selic terminará este ano em 12,25% e chegará a 8% até o final de 2024, enquanto a inflação cairá para 5% em 2023 e 4% no próximo ano.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 14/11/2023

ANTT ALTERA TARIFAS DE PEDÁGIO DA ECOVIAS DO CERRADO S.A.

Informações: ANTT (14 de novembro de 2023)

Medida entra em vigor a partir desta terça-feira (14)

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados (R\$)
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simple	1,0	5,70
2	Caminhão leve, ônibus, caminhão trator e furgão	2	Dupla	2,0	11,40
3	Automóvel e caminhonete com semi-reboque	3	Simple	1,5	8,55
4	Caminhão, caminhão-tractor, caminhão-tractor com semi-reboque e ônibus	3	Dupla	3,0	17,10
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	Simple	2,0	11,40
6	Caminhão com reboque e caminhão trator com semi-reboque	4	Dupla	4,0	22,80
7	Caminhão com reboque e caminhão trator com semi-reboque	5	Dupla	5,0	28,50
8	Caminhão com reboque e caminhão trator com semi-reboque	6	Dupla	6,0	34,20
9	Motocicletas, motonetas, triciclos e bicicletas motorizadas	2	Simple	0,5	2,85
10	Veículos oficiais e do Corpo Diplomático	-	-	-	0,00

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou a 3ª Revisão Ordinária e o Reajuste da Tarifa Básica de Pedágio (TBP) do contrato de concessão das BR-364/365/GO/MG, explorado pela Concessionária Ecovias do Cerrado S.A. A aprovação foi concedida por meio da Decisão nº 673, de 27 de outubro de 2023, da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária (Surod) da ANTT.

A Tarifa Básica de Pedágio foi reajustada, sem arredondamento, de R\$ 5,43 para R\$ 5,74. A decisão entra em vigor a partir da zero hora desta terça-feira (14/11).

Confira abaixo a tabela de tarifas com os valores a serem praticados nas praças P1 a P7. Para saber os itens que compuseram a Decisão, acesse o Diário Oficial da União.

Obs.: Nos termos da subcláusula 17.2.8, para os veículos com mais de 6 (seis) eixos, será adotado o Multiplicador de Tarifa equivalente à categoria 8, acrescido do resultado da multiplicação entre: (i) o Multiplicador de Tarifa correspondente à Categoria 1 e (ii) o

número de eixos do veículo que excederem a 6 (seis) eixos.

ECOVIAS DO CERRADO

A Ecovias do Cerrado administra 437 km das BRs 364/365/MG/GO, que interligam Jataí (GO) e Uberlândia (MG). O trecho faz parte de uma das mais importantes rotas para o escoamento de grãos

do Centro-Oeste até o porto de Santos-SP. Também é uma importante via para o abastecimento de Minas Gerais e da região sul de Goiás, principalmente de produtos da indústria, materiais de construção e alimentos.

Do trecho sob concessão, 192,7 km pertencem à BR-364, em Goiás, e 244,3 km fazem parte da BR-365, em Minas Gerais, em um percurso que passa por 11 municípios.

Cidades ao longo da BR-364/365:

Goiás: Aparecida do Rio Doce, Cachoeira Alta, Jataí, Paranaiguara e São Simão.

Minas Gerais: Santa Vitória, Gurinhatã, Ituiutaba, Canápolis, Monte Alegre de Minas e Uberlândia.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 14/11/2023



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

EDP E FURNAS RECEBEM PRIMEIRAS CERTIFICAÇÕES PARA HIDROGÊNIO RENOVÁVEL

Documento emitido pela CCEE atesta atributos de sustentabilidade do insumo feito a partir de energia solar e hidráulica

Por epbr 14 de novembro de 2023 Em Empresas, Hidrogênio



Tanque de armazenamento de hidrogênio em projeto de P&D Pecém H2V, da EDP, no Ceará (Foto: Divulgação EDP)

BRASÍLIA — A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) anunciou nesta terça (14/11) a emissão dos primeiros Certificados de Hidrogênio do Brasil, assegurando que o insumo produzido pela EDP e por Furnas foi fabricado com energia de fontes renováveis.

O processo de certificação diz respeito ao mercado voluntário, em que os próprios compradores definem quais as regras para avaliar os critérios de sustentabilidade do produto, e segue o padrão europeu.

Segundo Alexandre Ramos, presidente da CCEE, embora voluntária, a certificação é um passo importante na relação com investidores.

“A certificação vai garantir ao cliente a compra de um produto verdadeiramente sustentável. Essa parceria com as empresas representa um passo importante na construção de uma relação de confiança com os investidores do mercado de hidrogênio renovável brasileiro”, comenta.

A produção de 730 kg de hidrogênio de Furnas foi feita a partir de energia solar e hidráulica na planta de Itumbiara, em Goiás.

Já os 295 kg produzidos pela EDP no Complexo Termelétrico do Pecém, em São Gonçalo do Amarante, no Ceará, usaram energia solar para a eletrólise.

As duas companhias usarão o combustível para testes nas próprias fábricas. As unidades foram desenvolvidas dentro do programa de P&D da Aneel.

Certificação do hidrogênio renovável no Brasil

O certificado de hidrogênio foi lançado pela CCEE em dezembro do ano passado para atestar a origem de produção a partir de fontes de baixa emissão de carbono em projetos-piloto no Brasil.

As diretrizes do programa foram definidas com base em uma série de debates com representantes da cadeia produtiva e levou em consideração exigências do mercado europeu.

Agora, a organização está desenvolvendo a sua segunda versão do sistema de certificação, com o apoio do Banco Mundial.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 14/11/2023

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA BATE RECORDE COM ONDA DE CALOR NO BRASIL

Demanda passou de 100 GW pela primeira vez na história, segundo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)

Por epbr 14 de novembro de 2023 Em Clima, Setor elétrico



RIO DE JANEIRO — A onda de calor que afeta o país nos últimos dias levou a um recorde de consumo de energia nesta segunda-feira (13/11). Segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), pela primeira vez na história a demanda instantânea de carga passou de 100 GW.

De acordo com o ONS, às 14h17, foi atingido o patamar de 100.955 MW. A maior marca anterior era de 97.659 MW, medida em 26 de setembro deste ano.

“A principal razão para este comportamento da carga é a significativa elevação de temperatura verificada em grande parte do Brasil”, informou o órgão em comunicado divulgado nesta terça-feira (14/11).

No momento em que o novo patamar foi registrado, o atendimento à carga era feito pelas seguintes fontes:

- Hidráulica: 61.649 MW (61,1%)
- Térmica: 10.628 MW (10,5%)
- Eólica: 9.284 MW (9,2%)
- Solar centralizada: 8.505 MW (8,4%)
- Solar micro e minigeração distribuída: 10.898 MW (10,8%)

Além do recorde no SIN, o subsistema Sudeste/Centro Oeste também atingiu novo patamar máximo de carga, superando, pela primeira vez, o marco de 60.000 MW, segundo o ONS. Às 15h30, a carga do Sudeste/Centro-Oeste chegou a 60.735 MW.

O maior índice até então de carga para o subsistema era de 57.791 MW, ocorrido às 14h30 do dia 26 de setembro.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 14/11/2023

CONSUMO DE PETRÓLEO VAI CRESCER MAIS QUE O ESPERADO EM 2023, DIZ OPEP

A expectativa é que o consumo de petróleo no mundo aumente em 2,5 milhões de barris por dia (bpd) este ano

Por epbr 14 de novembro de 2023 Em Comece seu Dia



Frentista abastece tanque de caminhão a diesel em posto da Petrobras (Foto: Divulgação Scania)

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) elevou a sua projeção para o crescimento da demanda global por petróleo em 2023, em seu relatório mensal, divulgado na segunda-feira.

que na previsão anterior. Com isso, o consumo total chegará a 102,1 milhões de bpd, segundo a Opep.

– Para 2024, a expectativa é um crescimento da demanda em 2,2 milhões de bpd, mesma previsão do último relatório.

– Impulsionado pelo relatório da Opep, o preço do petróleo começou a se recuperar nesta segunda-feira, com altas acima de 1%, após sucessivas baixas desde outubro.

– O barril do WTI fechou em alta de 1,41%, a US\$ 78,26. Já o do Brent subiu 1,34%, a US\$ 82,52.

Petroleiras traçam planos na Guiana. Joint venture entre CGX e Frontera Energy confirma viabilidade de duas descobertas no bloco Corentyne e acreditam ser possível desenvolver um campo a 200 km da costa de Georgetown.

ExxonMobil perfura mais. Multinacional começou a perfurar um novo poço de exploração no país, num esforço para reunir mais informações sobre uma área que poderia sediar o sétimo projeto de desenvolvimento no bloco Stabroek. A campanha deve ser concluída ainda este ano.

E entra no lítio. A ExxonMobil perfurou seu primeiro poço no projeto de exploração e produção de lítio Smackover, no sudoeste do Arkansas, Estados Unidos

A petroleira disse que tem planos de se tornar uma das maiores fornecedoras do mineral para a produção de baterias de carros elétricos.

– A primeira produção está prevista para 2027. A companhia planeja produzir lítio suficiente para atender às necessidades de fabricação de mais de um milhão de veículos elétricos por ano até 2030.

Para aprofundar: Petroleiras investem no lítio; veja a lista

<https://epbr.com.br/petroleiras-investem-no-litio-para-transicao-energetica-veja-quais-empresas-apostam-no-mineral/>

México e Canadá vão exportar GNL. Os dois países devem se tornar exportadores de gás natural liquefeito (GNL) nos próximos anos, a exemplo do vizinho Estados Unidos. O governo dos EUA estima que a capacidade de exportação de GNL da América do Norte deve mais que dobrar em quatro anos, dos atuais 11,4 bilhões de pés cúbicos por dia (Bcf/d) para 24,3 Bcf/d ao fim de 2027.



– Hoje, a América do Norte é o principal fornecedor de GNL para o mercado brasileiro. Ao todo, são esperados dez novos projetos de liquefação nos três países da América do Norte até 2027.

Disputa de R\$ 40 bilhões. A Petrobras obteve decisão favorável, no Supremo Tribunal Federal (STF), numa disputa trabalhista da ordem de R\$ 40 bilhões, relacionada à Remuneração Mínima por Nível e Regime. É um valor mínimo pago pela empresa a empregados de um mesmo nível e região, para corrigir distorções salariais entre funcionários.

– A 1ª Turma do STF reconheceu a validade do acordo coletivo de trabalho firmado entre a Petrobras e os sindicatos em 2007.

– A Federação Única dos Petroleiros (FUP) e seus sindicatos disseram que vão recorrer.

Desequilíbrio no setor elétrico. A expansão do mercado livre de energia elétrica não pode punir o consumidor do ambiente regulado, disse o presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), durante o Sendi 2023, em Vitória (ES).

– A partir de 2024, mais de 200 mil consumidores poderão aderir ao mercado livre de energia elétrica, que atualmente tem 34 mil consumidores. Mais de 10 mil já pediram a migração, segundo a Aneel;

– Madureira afirma que todos os subsídios (R\$ 29 bilhões até novembro) e o lastro de energia mais cara (hidrelétrica, térmica e nuclear) continua a ser pago pelo mercado regulado;

– “Isso [tarifa mais cara] traz problema. O consumidor tem mais dificuldade de pagar, aumenta a inadimplência, aumenta o furto de energia elétrica.”

Mais chuvas, menos térmicas. O Ministério de Minas e Energia apresentou proposta para reduzir a inflexibilidade das termelétricas contratadas no ambiente regulado. Ou seja, que as usinas gerem menos do que o mínimo previsto em contrato quando houver sobra de energia no sistema.

– O objetivo é evitar o desperdício de energia, como o vertimento de reservatórios hidrelétricos e, com isso, reduzir os custos, pois eólica, solar e hidrelétrica têm preços mais baixos que as térmicas.

Títulos verdes. O Tesouro Nacional fez sua primeira emissão de título sustentável em dólares no mercado internacional. Segundo o órgão, a emissão foi de um benchmark de sete anos, com vencimento em 2031.

– Os recursos captados deverão ser aplicados em ações que impulsionem a sustentabilidade e contribuam para a mitigação de mudanças climáticas, para a conservação de recursos naturais e para o desenvolvimento social.

Entenda: O que são ‘títulos verdes’ e qual o impacto na energia e combustíveis renováveis

<https://epbr.com.br/titulos-publicos-poderao-financiar-energia-e-combustiveis-renovaveis>

Eneva fornece solar para Vallourec. As empresas fecharam um acordo em que a Eneva venderá para a Vallourec 29MW médios, pelo período de 12 anos. A energia será gerada pelo complexo fotovoltaico Futura (692,4 MWac), um dos maiores do Brasil. – O preço da energia será de R\$ 198,5/MWh, em 2023. Aumenta para R\$ 200,7/MWh entre 2024-2030. E cai novamente para R\$ 182,3/MWh a partir de 2031.

Ranking: As 10 maiores usinas solares do Brasil

<https://epbr.com.br/as-10-maiores-usinas-solares-do-brasil/>

Incêndio na Braskem. Um incêndio atingiu na segunda-feira a fábrica da Braskem no Polo Cloroquímico de Alagoas, em Marechal Deodoro, Região Metropolitana de Maceió. A Braskem

informou que o começo depois das 13h e que a brigada de incêndio combateu as chamas. Ninguém ficou ferido, informou a empresa.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 14/11/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

META DE DÉFICIT ZERO DEVE SER PERSEGUIDA', DEFENDE O EX-MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES

Para ex-titular da Fazenda e do BC, ajuste nas contas do governo pode ter custo no curto prazo, mas benefícios para o crescimento econômico são maiores

Por Alvaro Gribel — Brasília



O ex-ministro Henrique Meirelles, que foi presidente do Banco Central (BC) nos dois primeiros governos Lula, diz que há meses não conversa com o presidente, mas, se pudesse, diria para ele manter a meta de déficit zero nas contas públicas no ano que vem. Em conversa com O GLOBO, o ministro da Fazenda de Michel Temer diz que é um erro o governo se endividar para financiar obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Henrique Meirelles, ex-presidente do Banco Central — Foto: Filipe Redondo/Agência O Globo

O presidente Lula colocou em xeque a meta de déficit zero. Qual a avaliação do senhor?

A meta de déficit zero deve ser perseguida. O controle fiscal é mais vantajoso para o país, inclusive para a população mais pobre, porque o melhor programa social que existe é o emprego. Há custos de curto prazo, mas há benefícios maiores na medida em que o país pode crescer mais, ter mais confiança, taxas de juros menores e inflação menor.

Cumprir a meta depende de medidas de arrecadação. Elas são viáveis?

Será difícil. Vai depender do governo, do Congresso, de legislação, mas também de crescimento econômico.

Houve uma guinada no discurso do presidente Lula?

Não necessariamente uma guinada. Mas, de fato, há um discurso diferente, principalmente, do primeiro mandato, que foi um governo que aumentou a meta de superávit e entregou um resultado acima da meta. Não há dúvida de que houve mudança. E não há dúvida de que muitos eleitores votaram nele olhando para o que ele tinha feito no primeiro mandato.

A que o senhor atribui essa mudança?

Existe uma linha de pensamento econômico dentro do governo, e que conversa com ele, que defende o gasto público, como defendeu o governo Dilma, por exemplo.

É como se Lula estivesse mais próximo do governo Dilma, na economia ?



Em termos de proposta, sim, mas não é o que defende o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele defende algo mais próximo ao primeiro governo Lula.

O senhor chegou a conversar com Lula depois de eleito?

Nos falamos algumas vezes. Mas nos últimos meses não temos conversado porque ele é muito ocupado, tem muita gente lá dentro querendo falar com ele. E também porque ele adotou um discurso diferente da minha linha de pensamento.

O que diria para o presidente?

Para manter a meta de déficit zero e que isso dará maior segurança, diminuirá o risco fiscal. Em consequência, o país terá condições de crescer mais, gerar mais emprego e renda. Essa é a melhor política social que existe, como o mandato dele de 2003 a 2007 provou.

O BC deu recados sobre o risco fiscal. Como avalia a política monetária?

O BC disse a realidade. Se você tem um risco fiscal maior, tem expansão fiscal, maior déficit, e aí tem aumento do risco e da taxa de juros neutra. O que vai forçar o BC, para controlar a inflação, a ter uma taxa de juros maior.

Seria encurtar o ciclo de queda da Selic?

Exatamente.

Como o senhor avalia o cenário internacional?

Complicado. A nossa taxa de câmbio tem influência da taxa internacional do dólar e influência de fatores domésticos. O mercado acredita que o governo vai manter o controle fiscal. E têm entrado recursos no país. Isso mantém o dólar onde está.

Ou seja, a credibilidade da equipe econômica permanece?

Sim, o mercado não precificou o pior cenário. Então se houver a mudança da meta e a dívida pública subir mais, pode ter algum efeito negativo.

Como o senhor avalia a Reforma Tributária?

Positiva. Mas houve mudanças no Senado que geraram desequilíbrios entre os estados. Entre elas, os incentivos à indústria automobilística. Além disso, o conselho federativo perdeu poderes, que foram transferidos para o Congresso.

Qual balanço da política econômica até aqui?

Está dando resultado, mas ela vai ser definida pela meta fiscal, pelas aprovações feitas no Congresso. Temos coisas muito importantes que vão definir a política econômica e que estão sendo discutidas neste momento.

Quem defende a mudança na meta diz que é preciso investir no PAC, por exemplo...

Se tivesse dinheiro, tudo bem, poderia gastar com o PAC. Mas não é o caso. O governo vai tomar dinheiro emprestado no mercado para gastar, isso gera maior risco, juros, aumento da dívida e crescimento menor.

INFLAÇÃO AMERICANA VAI DITAR O RUMO DAS BOLSAS E DO DÓLAR NESTA TERÇA-FEIRA

Com os juros americanos em patamar elevado, a inflação americana passa a ser um dos indicadores mais monitorados hoje da economia mundial

Por Alvaro Gribel



Entrevista coletiva do presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, é transmitida em TV na Bolsa de Nova York — Foto: Michael Nagle/Bloomberg

O dado mais aguardado pelo mercado financeiro mundial nesta terça-feira será a inflação americana de outubro, o Consumer Price Index (CPI).

Pelas projeções do Bank of America, o índice "cheio" deve subir 0,2% em relação ao mês anterior, enquanto o "núcleo", que exclui itens mais voláteis deve subir 0,3%.

"A inflação "cheia" deve ser mais baixa em função da queda dos preços dos combustíveis", disse o banco.

Segundo a Guide Investimentos, a expectativa é que taxa anual recue de 3,7% para 3,3%, ainda acima do meta de 2% perseguida pelo Fed.

Com os juros americanos em patamar elevado, a inflação americana passa a ser um dos indicadores mais monitorados hoje da economia mundial.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 14/11/2023

QUEDA DA SELIC VAI AUMENTAR AINDA MAIS OFERTA DE CRÉDITO NA CAIXA EM 2024, DIZ PRESIDENTE DO BANCO

Oferta cresceu quase 12% no terceiro trimestre. Carlos Vieira destacou ainda que Desenrola é oportunidade de trazer mais pessoas de volta ao crédito

Por João Sorima Neto — São Paulo



O novo presidente da Caixa, Carlos Vieira Fernandes, disse que crédito vai crescer ainda mais na Caixa com queda da Selic — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

O novo presidente da Caixa, Carlos Vieira, disse nesta terça-feira disse que com a queda da Selic a tendência é que aumente a concessão de crédito, em 2024, mas não ele não revelou números. O crédito total na Caixa chegou a R\$ 1,09 trilhão, ao final do terceiro trimestre, um crescimento de 11,7%.

A carteira de crédito do Bradesco ficou estável no terceiro trimestre, enquanto Itaú reportou crescimento de 4,7% em sua carteira no mesmo período. Já o Banco do Brasil reportou alta de 2% na carteira de crédito no terceiro trimestre deste ano.

Vieira afirmou ainda que o programa Desenrola, programa de renegociação de dívidas do governo, é uma oportunidade, e não um processo que demonstra crise, como muitas pessoas classificaram, para reinserir as pessoas que estavam endividadas ao mercado de crédito. Na Caixa, foram

renegociados 237 mil contratos no Desenrola, beneficiando 187 mil pessoas. O total renegociado foi de R\$ 4 bilhões.

— A concessão de crédito cresceu quase 12%, uma excelente posição. Estamos revendo nosso orçamento para 2024 para maior concessão de crédito. Ainda não fechamos o número, mas há uma correlação entre queda da Selic e aumento da participação no crédito. Vamos ajustar nosso número. À medida que a Selic for caindo, vamos repassar esse benefício aos clientes — afirmou Vieira, durante apresentação de resultados do terceiro trimestre do banco, em sua primeira participação substituindo a ex-presidente Rita Serrano.

Ele lembrou que a Caixa tem 150 milhões de contas, mas apenas 20% tem relação efetiva com o banco. O objetivo é fazer com que mais pessoas tenham a caixa com primeiro banco de relacionamento.

— Precisamos de um reposicionamento da caixa em relação a seus processos, especialmente no digital — afirmou Vieira.

No setor imobiliário, o crédito teve expansão de 14,6%, na comparação anual, e o consignado teve crescimento de 9,5%.

O presidente da Caixa também destacou as renegociações do Fies, programa de financiamento estudantil. Em apenas cinco dias, foram feitos 45 mil pedidos de renegociação, totalizando R\$ 2,2 bilhões. O desconto concedido nas dívidas foi de em média 85%, o equivalente a R\$ 1,9 bilhão.

Vieira disse que em cerca de 36 horas foi montado um aplicativo para a renegociação.

— Essa mecânica dá o tom do que viemos fazer aqui. O que é bom na empresa não precisa ser mexido. Mas a Caixa é um banco diferente do que temos no mercado — afirmou.

A Caixa teve lucro líquido recorrente de R\$3,2 bilhões no terceiro trimestre, alta de 16,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. A margem financeira alcançou R\$ 14,5 bilhões no período, crescimento de 15,7% na comparação anual. Nos nove primeiros meses do ano, o banco público teve lucro de R\$ 7,8 bilhões, 8,4% maior do que no mesmo período de 2022.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 14/11/2023

INFLAÇÃO AMERICANA CAI E DÓLAR DESPENCA: LULA PODERÁ ESCOLHER ENTRE SURFAR OU NÃO O BOM MOMENTO EXTERNO

Manutenção da meta de déficit zero no ano que vem faria o real se apreciar ainda mais e permitiria uma redução mais rápida da taxa Selic

Por Alvaro Gribel



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva — Foto: Brenno Carvalho

A inflação americana era o dado mais aguardado do dia no mercado financeiro (leia aqui) e o dado surpreendeu positivamente.

O índice "cheio", com todos os produtos pesquisados, ficou estável em outubro, enquanto o núcleo, que exclui os itens mais voláteis e é mais olhado pelo Fed, ficou em 0,2%. Em ambos os casos, os números ficaram abaixo da mediana prevista pelo mercado.

Com isso, o dólar recuava 1% em relação ao real, para R\$ 4,85 e o Índice Ibovespa subia 1,5%, atingindo os 122 mil pontos, o maior patamar desde julho, por volta das 11h30.

A lógica dos investidores é de que a inflação mais baixa pode impedir novas altas dos juros pelo Fed e antecipar a redução das taxas de juros. Com isso, o dólar se enfraquece, e o apetite de investidores por países emergentes como o Brasil aumenta.

A melhora externa acontece no mesmo momento em que o governo brasileiro discute uma possível mudança no marco fiscal. Se a meta for mantida em zero no ano que vem, haverá forte espaço para queda do dólar no país e redução da taxa Selic.

A decisão está nas mãos do presidente Lula.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 14/11/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

GOVERNO CAPTA US\$ 2 BILHÕES NO MERCADO INTERNACIONAL EM 1ª EMISSÃO DE TÍTULOS VERDES, COM SELO ESG

Global 2031 tem prazo de sete anos; taxa ao investidor saiu a 6,50% ao ano

Por Adriana Fernandes

BRASÍLIA - O governo brasileiro captou US\$ 2 bilhões no mercado internacional na primeira e histórica emissão de títulos verdes do Tesouro Nacional, com o selo de boas práticas nas áreas ambiental, social e de governança, mais conhecidas pela sigla ESG. A venda faz parte da agenda verde do governo.

A procura dos investidores internacionais pelos papéis foi alta e atingiu US\$ 6 bilhões, o que levou o Brasil a subir a oferta inicial do lote de US\$ 1 bilhão. A taxa de retorno ao investidor (yield) saiu a 6,50% ao ano.

O papel servirá de referência para as emissões ESG de empresas brasileiras. Dentre os países latino-americanos, os principais emissores de títulos verdes são o México e o Chile, mas a Colômbia também emite esse papel.



O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron. Foto: Wilton Junior/Estadão

Para o Tesouro, a emissão representa um novo marco na gestão da dívida pública com o compromisso do governo com políticas sustentáveis, convergindo com o crescente interesse de investidores estrangeiros e a expansão do chamado mercado de títulos “temáticos”, como títulos verdes, no mundo.

O novo título sustentável foi emitido com taxa final somente 0,15% acima dos papéis do México, país que já tem há muito tempo a nota de grau de investimento conferida pelas agências internacionais de classificação de risco. O Brasil já teve o grau de investimento, mas perdeu e, agora, luta para reavê-lo.

O Global 2031 tem prazo de sete anos (longo), com vencimento em 2031, e foi vendido com spread (diferença entre os títulos brasileiros) de 1,80% acima do título do Tesouro dos Estados Unidos. O



spread despencou e ficou bem abaixo também da última emissão do Brasil (emissão normal, uma vez que esta é a primeira de títulos verdes), realizada em abril, quando o título saiu a 2,85% acima dos papéis norte-americanos.

Depois de concluir todo o processo para a emissão do título verde, a janela de oportunidade para a venda ficou muito difícil nos meses de setembro e outubro, com o mercado internacional operando com taxas altas e bastante voláteis.

Na semana passada, no entanto, as condições do mercado externo melhoram com a leitura dos analistas de uma probabilidade maior de o Banco Central dos Estados Unidos, o FED, não subir os juros. O mercado deu uma acalmada e um conjunto de países voltou ao mercado internacional, entre eles Colômbia e Costa Rica, seguidos agora pelo Brasil.

A operação foi liderada pelos bancos Itaú BBA, J.P. Morgan e Santander. Para lançar esse título, o governo preparou um documento, chamado de arcabouço, que é uma espécie de “carta de visita” para os investidores estrangeiros comprarem o título do Brasil, com base numa lista das despesas em programas ambientais e sociais do Orçamento – que vão lastrear os papéis. Essa lista funciona com um “menu” de despesas elegíveis para as futuras captações.

É por meio do arcabouço que o Brasil se compromete com os potenciais compradores dos títulos da dívida externa do País em fazer políticas sustentáveis. Os projetos elencados em cada emissão têm duração de 24 meses, mas serão acompanhados até o fim do prazo de vencimento do papel por meio de relatórios de execução e de impacto.

O governo destacou aos investidores internacionais para vender os seus títulos que um dos objetivos da República em suas emissões externas é criar referência para as empresas brasileiras emitirem no exterior. No caso das emissões ESG, esta referência é até mais importante, pois muitas não acessam o mercado externo sem a referência da República.

Numa análise sobre onde se concentram as emissões externas ESG das empresas brasileiras, o Tesouro percebeu uma preferência pelo prazo de sete anos. Esse foi o principal fator que levou o Tesouro a escolher um título com esse prazo para a emissão inaugural ESG, segundo apurou o Estadão. Entre as emissões ESG de empresas desde 2022, a maior parte foi de prazo de sete anos, seguida por dez, cinco e três anos.

Como o governo assumirá o compromisso com a execução dos programas no Orçamento, os títulos verdes são vendidos com taxas mais baratas para o governo. “A emissão reforça o papel importante da dívida externa em termos de alongamento de prazo, diversificação de indexadores e da base de investidores”, diz o Tesouro.

Carteira social e ambiental

Antes do anúncio da emissão, o Tesouro já tinha indicado as programações orçamentárias que terão prioridade como lastro na primeira emissão. A primeira emissão considera preferencialmente gastos de 2023 e 2024.

A carteira proposta é preponderante em categoria ambiental, destacando-se esforços que serão decisivos para seguir revertendo o curso do desmatamento e permanecerão críticos para a preservação dos biomas nativos brasileiros.

Além disso, prevê-se alocação de recursos por meio do Fundo Nacional de Mudança do Clima, em especial para o financiamento ou refinanciamento de iniciativas em favor de energia renovável e transporte limpo.

O relatório mostra que a alocação de recursos para a primeira emissão seguirá os seguintes percentuais indicativos: entre 50% e 60% dos recursos para temas ambientais e 40% a 50% para temas sociais.

Na área ambiental, os projetos em destaque são o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) (que envolve monitoramento, fiscalização e combate ao desmatamento e incêndios florestais); o Bolsa Verde (pagamento a famílias que fazem a conservação de recursos naturais no meio rural pela prestação de serviços ambientais); a gestão de unidades de conservação; financiamento para promoção de transporte público com zero ou baixa emissão de CO² Transporte limpo: compreende o financiamento ou refinanciamento de iniciativas e projetos para a promoção de transporte público com zero ou baixa emissão de CO²; e iniciativas de energia renovável, especialmente eólica e solar.

Já na área social, destacam-se programas de combate à pobreza e à fome, como o Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 14/11/2023

PROJETO DE 1º PARQUE PRIVADO DE ESTOCAGEM DE PETRÓLEO DO PAÍS GANHA IMPULSO APÓS ACORDO COM EMPRESAS

Vast, que faz transbordo de petróleo no Porto do Açu, no Rio, assinou memorandos de entendimentos com quatro grandes petroleiras para construção de polo de armazenamento para exportações

Por Denise Luna

RIO - A perspectiva de aumento das exportações de petróleo pelo Brasil nos próximos anos fez a Vast, empresa que faz transbordo de petróleo no Porto do Açu, no Rio de Janeiro, assinar memorandos de entendimento com quatro grandes petroleiras para construção de um inédito polo de armazenamento de petróleo para exportações futuras, informou ao Estadão/Broadcast o presidente da Vast, Victor Bomfim.

Os memorandos reforçam a relevância do projeto Spot, já lançado pela companhia, e que será o primeiro parque privado de estocagem de petróleo no Brasil. O empreendimento prevê investimento de R\$ 2,5 bilhões e consiste na construção de 12 tanques com capacidade total de 5,7 milhões de barris de petróleo e dois oleodutos, que vão conectar o Terminal da Vast, no Porto do Açu, à malha de dutos de petróleo da região Sudeste. Segundo Bomfim, o projeto deve estar finalizado e operando em 2026.

“Com os memorandos vamos poder saber o que cada empresa requer. Estamos falando de volumes cada vez maiores. Os chineses, por exemplo, têm nos buscado muito para demonstrar interesse no projeto Spot. A China tem uma necessidade premente, consome muito óleo, e por isso tem mais interesse que os demais”, disse Bomfim.

A Galp e as chinesas Petrochina e CNOOC saíram na frente e assinaram com a Vast, assim como uma quarta empresa que não quer ter o nome divulgado. Os memorandos de entendimento são para estudos conjuntos de oportunidades de armazenagem, e outras empresas podem aderir ao projeto ao longo do tempo.



Terminal da Vast em operação de transbordo; previsão é que Brasil produza 5 milhões de barris de petróleo por dia até 2030, segundo a empresa Foto: Divulgação/Vast

“Inclusive a Petrobras”, destacou Bomfim, já que, segundo ele, a estatal vem trabalhando no limite de sua capacidade. “Se ela (Petrobras) não consegue atender a própria demanda, quiçá de terceiros, foi aí que surgiu o nosso projeto”, informou.



Bomfim ressaltou que hoje o Brasil produz cerca de 3 milhões barris de petróleo por dia (bpd) e vai crescer para 5 milhões de barris por dia até 2030. Uma consequência natural disso, “mas que não é tão comentado”, ressaltou, é o crescimento das exportações brasileiras.

“O petróleo é a commodity mais importante na pauta de exportações do País e a cada quatro, cinco anos dobra a produção brasileira, o que é muito significativo”, avaliou.

Segundo o executivo, há dez anos o País exportava 400 mil bpd, e quatro anos depois chegava aos 800 mil bpd. Em 2021, dobrou mais uma vez o volume, para 1,6 milhão de bpd, e atualmente já vende para fora 1,8 milhão de bpd. Bomfim avalia que a limitação interna dada pelo parque de refino, mesmo com os planos de expansão do segmento pela Petrobras, vão garantir exportações ainda mais volumosas a partir de 2029/2030.

A Shell, por exemplo, que exporta a produção, atingiu em setembro deste ano a marca de 530 mil barris produzidos por dia. A terceira colocada em produção do País, a TotalEnergies, registrou produção de 185 mil bpd, e a Petrogal, 141 mil bpd. A chinesa CNOOC ainda ensaia chegar aos 100 mil bpd, totalizando média de 97 mil bpd em setembro.

“A importância desses memorandos é que, quando (o Brasil) estiver produzindo cinco milhões de bpd, a Petrobras será responsável por três milhões de bpd, e os outros dois quintos (da produção), quase a metade, já serão baseados na produção de empresas que não a Petrobras”, disse Bomfim.

Empresa predominante no País nas áreas de produção e refino de petróleo, a Petrobras possui terminais próprios para exportação da commodity, mas Bomfim avalia que, com o aumento da produção, a própria estatal poderá ser uma de suas clientes. Atualmente, a estatal é cliente da Vast nos serviços de transbordo, assim como a CNOOC, Equinor, Galp, PetroChina, Petronas, Prio, Shell e TotalEnergies.

Há três anos, a participação da Vast nas exportações de petróleo brasileiro era de 20% e hoje a empresa já é responsável por 40% de toda exportação de petróleo nacional, informou Bomfim. “Acreditamos que o crescimento (das exportações) continuará no mesmo ritmo daqui para frente”, afirmou, mesmo considerando a transição energética.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 14/11/2023

HIDROGÊNIO BRASILEIRO DEVERÁ SER UM DOS MAIS BARATOS DO MUNDO, DIZ DIRETOR DA PETROBRAS

Segundo Maurício Tolmasquim, vantagem do País se deve ao baixo custo de produção de energias renováveis

Por Denise Luna

RIO - O diretor de Transição Energética e Sustentabilidade da Petrobras, Maurício Tolmasquim, afirmou que o hidrogênio produzido no Brasil deverá ser um dos mais baratos do mundo, devido à abundância de energias renováveis no País. Ele participou nesta segunda-feira, 13, do Fórum Internacional de Energia, em Oslo, Noruega, ao lado do presidente da companhia, Jean Paul Prates.

“Acabo de falar em evento em Oslo que a produção de hidrogênio produzido no Brasil a partir de energias renováveis pode ser mais barato que o produzido a partir de gás natural em 2030, e que ele deverá ser um dos mais baratos do mundo, graças ao baixo custo de produção de renováveis”, disse o executivo em uma rede social.

Tolmasquim participou do painel Horizontes globais: explorando projetos internacionais em hidrogênio, que destacou parcerias e o impacto do novo combustível no cenário energético global. A discussão abrange inovações tecnológicas, implicações geopolíticas e o papel da cooperação internacional no avanço do hidrogênio como uma solução energética sustentável.

Já o presidente da Petrobras integrou a abertura do Fórum, no painel A perspectiva global, que debateu a urgência de se reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE). Ele aproveitou o evento para divulgar “os novos direcionadores estratégicos e a conjuntura brasileira em que está atuando pela Petrobras”, informou também em uma rede social.

O evento é patrocinado pela indústria energética norueguesa, organizações comerciais da indústria e pelo governo norueguês, e termina nesta terça-feira, 14.



Usina de Hidrogênio Verde de Santa Catarina, localizada no Laboratório Fotovoltaica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no Sapiens Parque, em Florianópolis Foto: FELIPE RAU / ESTADÃO

A Petrobras estuda desenvolver as energias eólica e solar no Brasil. No exterior, avalia parcerias para ganhar experiência em energia eólica offshore. A nova e robusta fonte de energia deverá ser implantada no Brasil em alguns anos.

Ainda sem um marco regulatório, mais de 70 projetos de energia eólica offshore aguardam licença do Ibama, entre eles os da Petrobras, que planeja ser a maior geradora da energia a partir dos ventos no mar no Brasil, chamada de “playmobil” por Prates, devido à grande experiência da empresa com atividades de exploração e produção no mar. A estatal já encaminhou ao Ibama dez áreas para geração total de 23 gigawatts (GW).

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 14/11/2023

AUMENTO DA CONTA DE ÁGUA TENDE A SER MAIOR SEM A PRIVATIZAÇÃO, DIZ PRESIDENTE DA SABESP

À frente da companhia, André Salcedo nega que apagão de energia atrapalhe processo de privatização da concessionária: ‘Robustece o debate’

Por Beatriz Bulla

ENTREVISTA COM

André Salcedo - Presidente da Sabesp

Diretor-presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), André Salcedo nega que o apagão no fornecimento de energia elétrica da última semana e as críticas à Enel atrapalhem o processo de privatização da empresa de saneamento paulista. “Robustece o debate”, diz Salcedo, em entrevista ao Estadão. Entusiasta da privatização da Sabesp, que tem como principal garoto-propaganda o governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), Salcedo afirma que o caso da Sabesp é diferente do da Enel.



Ao Estadão, ele também diz que o aumento de investimentos necessário para universalizar o tratamento de água no Estado de São Paulo fará a tarifa subir. A privatização, segundo ele, pode segurar esse aumento, através da melhora de eficiência da empresa.

Presidente da Sabesp, Andre Salcedo Foto: TABA BENEDICTO

Tarcísio enviou no dia 17 de outubro à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, projeto de lei de

privatização da Sabesp. Atualmente, o governo detém 50,3% das ações da empresa. A intenção do Estado é ter sua participação reduzida a algo entre 15% e 30%.

Leia abaixo a entrevista:

O apagão da última semana e as críticas sobre a Enel atrapalham o processo de privatização da Sabesp?

Acho que robustece o debate. Eventos como esse, numa concessão de 30 anos, vão acontecer. E como é que você trata isso? Com uma regulação bem construída. O debate sobre por que aconteceu aqui e não vai acontecer lá enriquece a tomada de decisão e permite que o governo, a empresa, a agência reguladora se coloquem exatamente para separar e dizer “no nosso caso, isso não é aplicável”.

O modelo da Sabesp é mais sólido do que do que o contrato de concessão da Enel, como sugere o governador Tarcísio?

Tem o aspecto do tipo de infraestrutura, do relacionamento com o poder concedente e regulador e da regulação. Então, pelo tipo de infraestrutura são coisas diferentes. Não é melhor ou pior, mas a nossa infraestrutura é enterrada. Os efeitos de eventos climáticos atípicos nos afetam, mas de um jeito diferente. Tivemos a crise hídrica. Foi um tremendo trabalho de mobilização para repensar o que é resiliência hídrica dentro da região metropolitana de São Paulo. Precisamos pensar a longo prazo, acrescentando essa mudança que está acontecendo no mundo todo, de eventos extremos climáticos, no nosso planejamento estratégico. Isso já estamos fazendo. Anunciamos, no contexto do processo de desestatização, o projeto de resiliência hídrica também para o litoral, por exemplo.

Além disso, o ente regulador, no nosso caso, é uma agência estadual muito mais próxima (do que o ente regulador da Enel) e acompanha o dia a dia com muito mais proximidade da Sabesp; e nos cobra. E o poder concedente, diferentemente da distribuidora de energia, ele é municipal ou compartilhado entre o município e o Estado. O dono da concessão é o município. Nosso cliente é o prefeito. E essa relação (com os prefeitos) é uma relação muito importante, de garantir que o plano de investimento está sendo executado, que há transparência na prestação de contas, que as demandas associadas ao saneamento do município, expansão, crescimento de áreas são contempladas pela empresa.

Tem vários aspectos que nos diferenciam. O fato de a nossa infraestrutura ser enterrada também ajuda, porque exige mais investimento para botar tudo debaixo da terra, mas ao mesmo tempo é mais sólida e resistente ao tipo de intempérie temporal.



O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), que trabalha pela aprovação do projeto para privatizar a Sabesp. Foto: Marcelo S. Camargo/Governo do Estado de SP

Isso falando das questões estruturais, mas e sobre o desenho dessa privatização?

Há pontos positivos: existem investimentos adicionais ao nosso plano de investimento para garantir um aumento da área atendida pela Sabesp. Hoje temos três tipos de contratos: os que envolvem somente regiões metropolitanas, tem contratos que desenham a área que atendemos e outros que não falam especificamente. Uma das propostas da privatização é expandir o escopo do contrato, para que seja o município inteiro. Isso nos ajuda a garantir que aqueles que estavam fora do escopo anterior irão ter seu esgoto coletado e tratado. Isso nos ajuda a melhorar a qualidade dos mananciais.

Sem a privatização, seria possível fazer isso? Qual seria o outro cenário?

A privatização permite que isso seja feito. A análise de se poderia ser feito de outro jeito, eu não sei responder. No contexto do marco do saneamento, há um dispositivo que determina que em um

processo de venda de controle a partir do Estado, há a possibilidade de alteração contratual, de escopo, prazo, objeto. E, dentro desse contexto, está sendo colocado como uma vantagem o atendimento pela Sabesp integral do município, incluindo zonas rurais e zonas urbanas informais consolidadas. Estamos falando de um milhão de pessoas que hoje consomem água de algum lugar e produzem esgoto residencial. Além disso, há um conjunto de investimentos que envolvem dessalinização, um tratamento melhor adicional da água que hoje é tratada nas estações de tratamento de esgoto. Esses investimentos adicionais somam R\$ 10 bilhões.

Quando se fala em privatização, o receio de parte da população é de que haja uma diminuição de investimento ou uma precarização do serviço e/ou um aumento na tarifa cobrada do usuário, para gerar mais lucro para o investidor. O que o sr. diria para o cidadão, para a população, para assegurar que não é isso que irá acontecer?

Eventualmente a gente põe uma temática de desestatização como um grande marco. Mas pega a história da Sabesp: em 1994, ela abriu o capital junto à CVM. Em 1997, ela fez o IPO, ou seja, atraiu o capital privado. Em 2002, ela fez uma nova oferta, listou no novo mercado da B3, a antiga Bovespa, e em Nova York. Ela vem se privatizando ao longo do tempo. O processo de atração de capital privado para o capital da companhia já existe.

E por que ele existe? Por que empresas do setor conseguem atrair capital privado para a venda de ações? Porque é um negócio regulado com uma previsibilidade de retorno aos investimentos feitos. A Sabesp já tem hoje na sua regulação, assim como todas as outras empresas que atuam no mesmo formato de regulação, um retorno que chama de WACC regulatório (taxa de retorno mínima), que é o retorno que a agência estabelece com base em métricas de mercado. A Aneel também tem essa lógica e as agências estaduais também têm essa lógica. A capacidade econômica e financeira da Sabesp para concluir a universalização em São Paulo está associada a um retorno desse investimento que está sendo feito. A nossa taxa de retorno hoje, estabelecida pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp), é 8,1%. Todo investimento que a empresa faz é remunerado nessa taxa de retorno, que baliza a tarifa que é estabelecida no começo do ciclo.



SAO PAULO SP 10/11/2023 ECONOMIA - RETRATO/ PRESIDENTE DA SABESP/ ANDRE SALCEDO - O presidente da SABESP, Andre Salcedo, durante entrevista para o Estadão, na sede da empresa em Sao Paulo. FOTO TABA BENEDICTO / ESTADAO Foto: TABA BENEDICTO

No início do ciclo, a Arsesp diz: você tem de investir tantos bilhões de reais para avançar do nível de cobertura que tem hoje para o nível de cobertura que queremos. Esse volume de investimento vai demandar tanto de capital. Esse capital tem de ser remunerado

desse jeito. Você tem de ter uma receita mínima para que pague suas despesas e retorne o dinheiro para os investidores e você consiga fazer esses investimentos.

O retorno já existe, já é disciplinado. O que está sendo estudado é o que pode ser melhorado nesse modelo de regulação. Tem alguma forma que esse modelo possa ser ajustado e melhore a perspectiva de ganho de eficiência em comparação com uma empresa pública? Ela (empresa pública) tem restrições com relação a como ela pode gerir, contratar obras, serviços de terceiros e mesmo funcionários de uma empresa privada? Uma empresa privada tem mais flexibilidade, pode ser mais eficiente. Como o modelo de regulação pode capturar isso de um jeito a incentivar o player privado a ser mais eficiente, capturar parte desse ganho e partir para tarifa? Esse é o debate que está acontecendo hoje. Como melhoramos o modelo regulatório para que ele incentive ganhos de eficiência e essa eficiência seja compartilhada também com a tarifa?

Então, se nada for feito, temos uma curva tarifária que tende a aumentar, porque os investimentos vão aumentar. Temos hoje uma necessidade de investimento R\$ 56 bilhões para universalização (do saneamento).

Em quanto tempo?

Até 2033. A nossa base de ativos hoje está na ordem de R\$ 60, 70 bilhões. Vai crescer muito. Esse processo, naturalmente, vai demandar uma recomposição tarifária. A tarifa tende a aumentar nesse período para remunerar esse investimento. Há as melhorias que estão sendo desenhadas exatamente para conseguir capturar e acelerar o processo de ganho de eficiência na companhia após desestatização e essa grande eficiência, junto com uma melhoria na regulação, trazer essa curva (de aumento da tarifa) para um patamar menor. Ou seja, a evolução tarifária seria menor no cenário de desestatização do que se nada fosse feito.



Estação de água da Sabesp. Foto: Google Streetview

Na Alesp, uma das coisas que se falou é que não há elementos suficientes para deliberar sobre a privatização. Os srs. têm mantido diálogo com os deputados?

O governador é o grande garoto-propaganda do projeto. Ele acredita muito e eu acredito, da mesma forma que ele, num projeto que tem um potencial gigantesco de melhorar a vida de todas as pessoas na nossa área de concessão,

habilita a Sabesp a expandir territorialmente não só em São Paulo, mas no Brasil, levando essa tecnologia, essa inteligência operacional que a empresa tem para outros rincões do País, que não tem acesso à água ou coleta tratamento de esgoto. Por que faz sentido? Para além de tudo isso, tem o potencial gigantesco de levar qualidade de vida para lugares que a gente hoje não opera.

O nosso papel é de dar todo o subsídio para o governo do Estado, para tomada de decisão, para analisar cenários, para contribuir na melhoria regulatória, na definição de investimentos para o município. Esse detalhamento técnico, a gente faz. A coordenação política e a interação com o processo de tomada de decisão na Alesp fica a cargo do governo.

Qual o estado da empresa hoje? O sr. assumiu em janeiro, foi feito um programa para enxugar o quadro de funcionários.

A Sabesp é uma empresa impressionante do ponto de vista de qualidade das pessoas, da história. Ao longo do tempo construiu uma estrutura física, uma estrutura de tomada de decisão que foi muito eficiente em um determinado momento, mas deixou de ser. Vimos muitas oportunidades de melhorar a eficiência da companhia. Transformar a empresa numa empresa mais moderna, mais próxima dos clientes, com alinhamento de visão, de disciplina regulatória.

Identificamos uma oportunidade de otimização do número de posições. Nós tínhamos, até a metade do ano, 12.500 pessoas, e a nossa percepção é que poderíamos reduzir o quadro fixo da empresa em 2.000 pessoas. Essa era uma demanda inclusive dos próprios sindicatos, que queriam incentivo para o pessoal mais velho sair e dar espaço para o pessoal mais novo ascender na carreira.

O governo do Estado entendeu que era pertinente. Aprovamos. No âmbito estadual, iniciamos o processo de adesão ao programa (de desligamento) em junho. Nosso foco eram duas mil pessoas e 1.862 aderiram, 93% do foco.

Outro destaque positivo: é a primeira vez que investimos, nos nove meses do ano, de janeiro a setembro, R\$ 3,9 bilhões. Então, é o maior investimento em nove meses que a companhia já fez na sua história. Conseguimos acelerar o investimento e antecipar a universalização na nossa área de atuação. Conseguimos antecipar esses investimentos por conta dos ganhos de eficiência que capturamos neste ano.



E com relação ao lucro? (O lucro da Sabesp caiu 21,7% no terceiro trimestre de 2023, em comparação com igual período do ano passado)

O lucro está caminhando dentro do que a gente planeja, sim. Temos o componente que a gente controla bem, que é o desempenho operacional. O desempenho financeiro depende de taxas de juros, etc. Do ano passado para este, teve uma variação, mas que está dentro das expectativas. Então, o lucro final foi melhor do que alguns analistas esperavam, mas em grande parte em linha com a média de mercado nas expectativas dos analistas.

O cenário ideal, na leitura do sr., para a Sabesp, em termos de prazos para privatização e valores, qual é?

O nosso cenário base é que a desestatização vai acontecer no meio do ano que vem. Trabalhamos todos os dias com esse cenário, mas a companhia, hoje, não é desestatizada. Então, seguimos com todos os ritos típicos de uma empresa estatal. No nosso planejamento de curto prazo, mensal, trimestral, jogamos com a realidade que temos. Novas obras estão todas sendo feitas, licitadas, com rito que já existe, que a empresa tem de seguir. Nós temos uma expectativa no meio do ano que vem, de que isso vai mudar.

Vou dar um exemplo. Nosso ciclo de contratação para grandes obras, obras mais estruturantes, demora mais de 180 dias desde a concepção do projeto até a assinatura do contrato. Se der tudo certo, seis meses. Deu errado? Alguém impugnou? O negócio pode se arrastar mais alguns meses e aí você passa às vezes um ano contratando uma obra que não se implementa por causa do regime de contratação. Numa empresa que não tem esse fluxo, isso leva 60 dias. Conseguiremos acelerar bastante o processo de investimento.

Queremos ser a melhor empresa de saneamento do Brasil e possivelmente do mundo. O que faz brilhar os olhos de todo mundo que trabalha aqui nesse projeto é conseguir transformar essa empresa em algo muito maior do que ela já é, que possa atender a população, não só nas áreas que está hoje, com qualidade, com com presteza, com eficiência e dentro de um tempo adequado, mas também expandir para outros lugares. O Tarcísio diz que vai virar uma multinacional de saneamento. E vai mesmo.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 14/11/2023

STF DECIDE A FAVOR DA PETROBRAS EM JULGAMENTO DE CAUSA TRABALHISTA BILIONÁRIA

Ministros se posicionaram para anular condenação pelo TST de 2018, que considerou irregulares os cálculos da Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR) e previa ressarcimento aos empregados da estatal

Por Beth Moreira, Denise Luna e Lavínia Kaucz

SÃO PAULO, RIO E BRASÍLIA - A 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu a favor da Petrobras em ação trabalhista que poderia ter impacto de pelo menos R\$ 47 bilhões para a estatal. Três dos cinco ministros se posicionaram para anular uma condenação imposta à petroleira pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) em 2018, que previa um ressarcimento da empresa a seus empregados, por considerar que os cálculos da Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR), firmada em acordo coletivo de 2007, eram irregulares.

A decisão do STF é passível de recurso. "Como esta decisão ainda pode ser objeto de recurso, a Petrobras está avaliando eventuais efeitos nas suas demonstrações financeiras", afirmou a companhia.

O julgamento da ação trabalhista, por meio virtual, aconteceu entre os dias 3 e 10 de novembro, retomando, assim, o trâmite suspenso em junho, em função de pedido de vistas do ministro Dias Toffoli. O ministro acabou por manter seu voto original a favor da petrolífera.

Julgamento

Na sessão virtual, a 1ª Turma do STF, composta por cinco ministros, analisou os recursos da Petrobras contra decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que, por 13 votos a 12, havia condenado a estatal a corrigir as remunerações de 51 mil servidores ativos e inativos. O tribunal havia considerado irregulares os cálculos da Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR), firmada em acordo coletivo de 2007.

O julgamento no STF já tinha maioria de 3 a 1 a favor da empresa, mas foi interrompido em junho e retomado neste início de novembro. O ministro Dias Toffoli tinha votado a favor da Petrobras no ano passado. Mas, ao pedir vistas, gerou a expectativa de que poderia revisar seu entendimento e acompanhar o voto da ministra Rosa Weber (agora aposentada) a favor dos petroleiros - o que não ocorreu. Na ocasião, além de Toffoli, os ministros Alexandre de Moraes (relator) e Cármen Lúcia votaram a favor da estatal. O ministro Luís Roberto Barroso se declarou impedido.

Entenda

O processo trata do cálculo de remuneração acertado no acordo coletivo de 2007 e aplicado pela empresa - a Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR), que fixou um piso salarial para as ocupações. O acordo previu um valor mínimo por nível e por região para equalizar a remuneração dos empregados. Mas a cláusula do acordo gerou interpretações diversas, e empregados começaram a mover processos contra a empresa na Justiça.

A interpretação da Federação Única dos Petroleiros (FUP) é de que a RMNR gerou uma série de distorções salariais para os trabalhadores de áreas industriais, expostos a ambientes nocivos à saúde. O argumento da entidade é de que adicionais legais, como os de periculosidade, noturno, confinamento, entre outros, não podem ser comprimidos na RMNR, como fez a Petrobras.

A Petrobras, por sua vez, alegava que cumpria rigorosamente os termos ajustados em comum acordo com as entidades sindicais em 2007, o que foi aceito pela 1ª Turma do STF.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 14/11/2023



VALOR ECONÔMICO (SP)

PESO DE JUROS NO DESEMPENHO DE SERVIÇOS NÃO É CLARO, DIZ IBGE

O gerente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Rodrigo Lobo comentou o impacto de fatores macroeconômicos no desempenho médio do setor de serviços em setembro

Por Lucianne Carneiro, Valor — Rio



— Foto: Gerd Altmann/Pixabay

A influência da taxa de juros não é clara no desempenho médio do setor de serviços, avaliou o gerente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Rodrigo Lobo, responsável pela Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), ao comentar o impacto de fatores macroeconômicos no resultado de setembro.

Segundo ele, por enquanto não há efeito do início da trajetória de redução da taxa básica de juros na economia. E, por ser um setor muito heterogêneo, os serviços podem ser afetados tanto positiva quanto negativamente, a depender do segmento de atuação.

“A taxa de juros ainda não fica muito clara [efeito sobre os serviços]. Até porque ela, em patamares elevados, não impediu que o setor de serviços chegasse ao ápice no fim de 2022. Assim como sua redução não parece ter efeito”, disse.

Ao comentar sobre efeitos diversos dos juros em serviços, Lobo disse que o patamar elevado da taxa pode favorecer os serviços financeiros, por exemplo, por aumentar a propensão das famílias e das empresas para poupar. Por outro lado, juros altos podem inibir o consumo de serviços prestados às famílias, como alojamento e alimentação.

“Temos que ter muito cuidado com associações simplistas entre os juros e o setor de serviços”, disse.

Em setembro, o volume de serviços prestados no país caiu 0,3% ante agosto, bem abaixo da previsão mediana de alta de 0,5% segundo o Valor Data. Foi o pior desempenho para o mês desde 2021, quando tinha recuado 0,6%. Em setembro de 2022, houve alta de 0,8%.

Para explicar a queda de serviços em setembro, Lobo citou o menor dinamismo da produção agrícola no segundo semestre, que afeta segmentos como transporte rodoviário de cargas, gestão de portos e terminais e aluguel de maquinários, por exemplo.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 14/11/2023

CARRO QUE ‘FAZ TUDO SOZINHO’ VAI DEMORAR, DIZ ZF

Grupo avança em sistemas de direção autônoma e se prepara para produzir câmeras em SP

Por Marli Olmos — De São Paulo



Segundo Andrew Whydell, vice-presidente de planejamento da ZF, veículos autônomos tendem a ganhar espaço no agronegócio, mineração, portos e aeroportos — Foto: Divulgação

No futuro, quando todos os carros forem autônomos e trafegarem sem a necessidade de motorista, sensores vão detectar os obstáculos. Quando um pedestre passar o veículo vai parar instantaneamente. Mas, se do lado direito vier uma mulher com uma criança no colo e do esquerdo uma idosa, ambas serão identificadas?

A pergunta foi feita nesta segunda-feira (13) pelo próprio presidente da ZF na América Latina, Carlos Delich, enquanto o vice-presidente global de planejamento da companhia, Andrew Whydell, fazia uma apresentação sobre sistemas de automação para jornalistas brasileiros.

Whydell considerou a pergunta do colega pertinente e reconheceu que a indústria tem, ainda, muito a aprender sobre automação. Segundo ele, previsões feitas por toda a indústria, há cinco anos, sobre veículos autônomos não se concretizaram. Nesse tempo, todos aprenderam que o carro capaz de “fazer tudo sozinho” vai demorar a chegar. Isso não significa, porém, que os sistemas de assistência ao motorista não estejam avançando. Isso inclui o Brasil.

Estudo da Bright Consulting mostra que os carros fabricados no país tendem a ter cada vez mais câmeras. Hoje, 26% dos veículos saem da fábrica com alguma câmera de assistência (para dar a ré, por exemplo). Em 2027, serão 40%, segundo o estudo.

De olho nesse potencial, a ZF vai produzir câmeras na fábrica de Limeira (SP), segundo Plínio Casante, gerente de engenharia e operações da ZF na América do Sul. A empresa se prepara, diz ele, para definir o investimento necessário na unidade que já produz módulos eletrônicos para acionamento de airbags e controle de estabilidade, entre outros.



Com faturamento global de € 43,8 bilhões em 2022, a ZF transformou-se numa das maiores fabricantes de componentes automotivos do mundo e especializou-se em itens de automação e de segurança depois de adquirir outras gigantes, como a americana TRW.

O grupo ZF foi fundado por Ferdinand Zeppelin, o inventor do balão dirigível, em 1900, e todas as ações da companhia pertencem a duas entidades filantrópicas de Friedrichshafen, a pequena cidade alemã onde a ZF surgiu há mais de um século.

Whydell atua na sede global de eletrônicos da companhia, em Farmington, nos Estados Unidos. Ali são desenvolvidos sistemas de assistência, como sensores, radares e câmeras que fazem com que os carros ajudem o motorista a manter-se nas faixas de rolamento das rodovias, a identificar sinalizações de trânsito e evitar colisões.

“Dados na nuvem vão compensar as deficiências na infraestrutura”

— *Plínio Casante*

Segundo ele, pesquisas mostram que esses sistemas ajudaram os EUA a reduzir o número de vítimas no trânsito, já que a reação tardia ou ineficiente do motorista é a maior causa dos acidentes. Segundo ele, a previsão é que até 2025, 75% dos veículos produzidos no mundo terão algum tipo de sistema de assistência ao motorista, como, por exemplo, frenagem autônoma de emergência.

No Brasil, a expectativa, segundo Casante, é que os centros que dão notas para os carros de acordo com a segurança que oferecem, como o Latin Ncap, estimulem a indústria a colocar esses equipamentos nos veículos antes mesmo que se tornem obrigatórios.

Com o avanço dos sistemas de assistência, os carros emitem mais avisos sonoros. Muita gente desliga esses equipamento porque se sente incomodado. Mas Casante diz que esse não é o procedimento adequado se a ideia do motorista é preservar a segurança.

Afinal, quem está na direção, na maior parte dos casos, hoje, ainda é um humano. Os carros autônomos avançam por dois caminhos, segundo Whydell: o que faz alguma coisa em qualquer lugar e o que faz tudo, mas em áreas limitadas. “No futuro, esses dois caminhos vão se encontrar”, destaca.

O que faz tudo em áreas limitadas é o que tem mais chance de avançar no curto prazo. São os veículos que atuam em espaços confinados, como no agronegócio ou mineração. Whydell acredita, ainda, no avanço dos “taxis robôs” em aeroportos, por exemplo, que atuarão no transporte de passageiros entre terminais.

O avanço da automação conduz a indústria de autopeças em áreas nunca imaginadas quando empresas como a ZF foram fundadas. Segundo Whydell, o grupo já usa a inteligência artificial para que os carros identifiquem tanto pessoas como animais. “O formato de uma pessoa é diferente de um animal e nisso a IA nos ajuda”, afirma.

O estoque de dados tem sido outra preocupação. “Fabricantes de veículos acreditavam que os dados dos seus veículos e de seus clientes lhes pertencem; mas a discussão avança à medida que todos percebem que a indústria de software e fornecedores diretos também podem encontrar soluções com essas informações; e todos podem ganhar dinheiro com isso”, diz.

O armazenamento de dados na nuvem também poderá, segundo Casante, compensar deficiências na infraestrutura. Enquanto isso, Whydell faz a sua parte. Ele diz que tem conversado com autoridades de trânsito nos EUA para aumentar a largura das faixas de rolamento nas rodovias de 10 para 15 centímetros. “Isso vai ajudar não apenas nossas câmeras como também o olho humano, principalmente o dos mais velhos”, diz.

Fonte: *Valor Econômico - SP*

Data: 14/11/2023

GOVERNO DE SP ABRE CONSULTA PÚBLICA PARA CONSTRUÇÃO DE 33 ESCOLAS VIA PPP, COM INVESTIMENTO DE R\$ 1,6 BI

A PPP contempla a construção, gestão e operação das unidades, além de serviços não-pedagógicos, como limpeza, manutenção, gestão de infraestrutura e segurança

Por Mariana Assis*, Valor — São Paulo



Novas escolas: expectativa é que até 35,1 mil vagas sejam abertas nos ensinos fundamental e médio em 29 municípios paulistas — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

O Governo de São Paulo iniciou nessa segunda-feira (13) consulta pública sobre projeto de construção e gestão de 33 novas escolas por meio do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado (PPI-SP). A empreitada prevê investimentos de R\$ 1,6 bilhão no período da concessão, que deve durar 25 anos.

A expectativa é que até 35,1 mil vagas sejam abertas nos ensinos fundamental e médio em 29 municípios paulistas. A PPP contempla a construção, gestão e operação das unidades, além de serviços não-pedagógicos, como limpeza, manutenção, gestão de infraestrutura e segurança.

A maior parte dos investimentos previstos — R\$ 1,2 bilhão — deve ser aplicada nos primeiros três anos da concessão, mesmo período para o qual está prevista a construção de metade das escolas.

Segundo o Governo, o projeto quer liberar a direção das escolas de tarefas burocráticas, levando a uma maior dedicação às questões pedagógicas. Os serviços pedagógicos, que incluem planejamento escolar, direção da unidade, dentre outros, permanecem sob responsabilidade da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc).

O programa foi estruturado pelo BNDES. A consulta pública vai até 13 de dezembro e pode ser encaminhada para o endereço eletrônico: construcaodeescolas@educacao.sp.gov.br.

*Sob a supervisão de Gabriel Caprioli

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 14/11/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

CONCESSÃO DO CANAL DE PARANAGUÁ EVITARÁ SOBRECUSTOS PARA CARGA, DIZ GARCIA

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 13/11/2023 - 21:28



Arquivo/Divulgação

Durante audiência pública, diretor-residente da Appa destacou que futuro concessionário do acesso aquaviário deverá garantir calado para dar competitividade aos portos paranaenses. Período de contribuições vai até próximo dia 22 de novembro

O diretor-presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa), Luiz Fernando Garcia, disse, nesta segunda-feira (13), que o processo de concessão de canal de acesso aquaviário local está sendo modelado para evitar qualquer tipo de sobrecusto ou desvantagem competitiva dos portos paranaenses. Segundo Garcia, o que se busca nesse processo, com início de discussão há quase três anos, entre autoridade portuária, Infra S.A., ministério e agência reguladora, é uma alternativa para manter a competitividade dos portos do Paraná.

“Temos preocupação de não incorrer aumento de custo para o usuário. Por vezes, centavos definem fluxos das mercadorias [na hinterlândia]. Não há qualquer sobre cobrança ou duplicidade em cobranças. Aquilo que se paga hoje à autoridade portuária, se pagará e ponto”, garantiu Garcia, durante audiência pública sobre a concessão do canal, promovida pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Na sessão, ele ressaltou que qualquer pagamento à autoridade portuária é de responsabilidade da concessionária, dentro dos limites estabelecidos pela tarifa que ela arrecada do usuário. Para Garcia, a tarifa-teto será um instrumento importante para que não haja cobrança exacerbada aos usuários. Ele acrescentou que, no caso extremo de o participante não ofertar desconto no tarifário imposto, foram elaborados mecanismos dentro do estudo para que as tarifas aumentem somente após a finalização das obras. “Só teríamos aumento de 15% quando os usuários pudessem usufruir de 3 metros a mais de calado operacional”, afirmou.

O período de contribuições para os documentos relativos ao edital de concessão do canal do acesso do porto de Paranaguá se encerra no próximo dia 22 de novembro. A proposta em discussão prevê prazo contratual de 25 anos, com assunção da área prevista para o ano de 2024 e possibilidade de prorrogações sucessivas até o limite de 70 anos. A estimativa do Capex é de R\$ 1,07 bilhão, do Opex de R\$ 2,35 bilhões e da receita bruta global de R\$ 8,85 bilhões.

O futuro concessionário deverá executar os investimentos necessários para atingir a meta estabelecida, incluído serviços de dragagem, derrocagem, sinalização náutica, batimetria, programas e monitoramentos ambientais. O projeto de concessão do canal de acesso de Paranaguá prevê o aprofundamento, ampliação e alargamento do canal, o alargamento da bacia de evolução e o aprofundamento da área de fundeio número 6. A expectativa é atingir o nível de 13,3 metros ainda na fase de implantação e chegar a 15,5 metros após a concessão, viabilizando a atração de navios maiores.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/11/2023

AÇU ESTUDA NOVA AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE DO T-MULT

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 13/11/2023 - 19:31



Arquivo/Divulgação

Administração do complexo avalia que, apesar do recente aumento de capacidade, ocupação continua alta. Em outubro, terminal multicargas atingiu recorde movimentando mais de 260 mil toneladas

O Porto do Açú (RJ) ampliou a capacidade de armazenagem de seu terminal multicargas (T-Mult) e estuda uma nova expansão por conta dos recentes recordes de movimentação. Em outubro, o terminal privado atingiu novo recorde, ao movimentar 261.685 toneladas de cargas. Desde janeiro deste ano, o T-Mult acumulou 1,920 milhão de toneladas. Segundo a empresa, os números foram impulsionados pela expansão do terminal que, em 2023, quadruplicou a capacidade de armazenamento com a inauguração de dois armazéns, que possibilitaram a inclusão de outras cargas no portfólio.



A empresa inaugurou dois novos galpões cobertos, totalizando três armazéns, que aumentaram a capacidade estática de armazenamento para 110 mil toneladas, além da criação de novos pátios de armazenagem aberta e da duplicação da área alfandegada do terminal, que passou para 360 mil m². Atualmente, o Açú tem 54 clientes e 20 tipos de produtos no portfólio, entre eles concentrados de cobre e lítio, coque, carvão, ferro gusa, cargas break bulk e de projeto, além das operações voltadas para o agronegócio, como fertilizantes, soja e milho.

“Embora o terminal tenha ampliado significativamente a capacidade instalada, toda a infraestrutura de cais e armazenagem do terminal está sendo usada atualmente”, informou a empresa à Portos e Navios. Em nota, a administração do complexo, destacou que a ampliação com a opção de armazenagem coberta é fundamental para o agronegócio, na medida em que possibilita a estocagem de diversos produtos agrícolas, como fertilizantes e grãos.

Uma das apostas do Porto do Açú é o estado de Minas Gerais, de onde cerca de 60% das cargas por ele recebidas têm sua origem ou destino. O foco são insumos para a indústria cimenteira (gipsita, coque, escória), minerais diversos (minério de ferro, bauxita, manganês, concentrados de cobre e lítio), produtos siderúrgicos como o ferro gusa e agrícolas (fertilizantes e grãos). Para os próximos anos, o T-Mult pretende continuar a ampliar participação nesses mercados.

De acordo com a empresa, existem novas expansões previstas tanto em infraestrutura de armazenagem (pátios e armazéns) quanto em extensão de cais para operar navios simultaneamente. “Embora tenhamos duplicado a área do terminal para 360 mil m², ainda existem outros 420 mil m² de área preparada para receber novos projetos”, ressaltou o Porto do Açú, por meio de sua assessoria.

Em 2022, o Porto do Açú bateu recorde de 57,4 milhões de toneladas movimentadas desde o início das atividades do terminal, em 2016, com volume 3% superior a 2021. A administração do complexo destacou que o complexo é o segundo maior porto do Brasil em movimentação de cargas, quando comparado aos portos organizados, atrás apenas de Santos (SP).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/11/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 14/11/2023